

# Diário do Legislativo de 06/01/2000

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## SUMÁRIO

1 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

## 3 - ERRATA

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### **Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 655/99**

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 655/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Grajaú - ASGRAJAÚ -, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 655/99

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Grajaú - ASGRAJAÚ -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Grajaú - ASGRAJAÚ -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 1999.

Elmo Braz, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Marco Régis - Maria Olívia.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 21/12/99

O Deputado Agostinho Patrús - Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi uma correspondência, em meu gabinete, por ter sido o Presidente que instalou a TV Assembléia, à época em que éramos Presidente desta Casa e compunham a Mesa Diretora os Deputados Wanderley Ávila, Sebastião Navarro Vieira, Paulo Pettersen, Rêmoló Aloise, Maria José Hauelsen, Ibrahim Jacob, Ermano Batista e Antônio Júlio. Foi quando instalamos a TV Assembléia. Aqueles que instalaram a TV Assembléia e hoje se despedem fizeram questão de, por meu intermédio, trazer as suas despedidas e os seus agradecimentos a V.Exas.

Passo a ler a carta a mim dirigida (- Lê:): "Exmo. Sr. Deputado Agostinho Patrús. No dia 18 de dezembro, infelizmente, deixamos de prestar os nossos serviços à TV Assembléia. Depois de quatro anos de muita luta, muito trabalho, muitas alegrias, muitas decepções, muitos sacrifícios, encerramos nossas atividades nessa augusta e respeitada Casa. Há quatro anos fomos os encarregados para conceber, planejar e implantar a primeira tevê legislativa do Brasil, o atual canal 11, que iniciou suas atividades às 18 horas do dia 30/11/95 como canal 40.

Para nós foi muito gratificante contar com o apoio e a confiança da direção e das Mesas da ALEMG nessa tarefa. No início, muitos não acreditavam, outros torciam contra e alguns deram todo o apoio nesse empreendimento. Lutamos contra as resistências, contra os incrédulos e todos os obstáculos. Hoje, a nossa TV Assembléia é exemplo para o Brasil e está se expandindo para todo o Estado, com muita festa e comemorações. Para chegar aonde ela se encontra, foi preciso determinação, ousadia, trabalho, criatividade e muita briga. Lutamos o bom combate. V.Exa. é testemunha dessa verdadeira aventura e ousadia, pois foi na sua gestão de Presidente da ALEMG, ao lado dos demais parlamentares, de todos os partidos, que foi criada e implantada a TV do Legislativo. Hoje ela é um paradigma para todas as Casas Legislativas do Brasil.

É por ser V. Exa. o pioneiro destemido, que acredita no futuro, na competência, no idealismo, que tem o espírito dos grandes empreendedores e que, por isso, fundou a TV Assembléia, que vimos solicitar-lhe seja o porta-voz dos nossos agradecimentos e das nossas despedidas a todos os parlamentares desta Casa. Sempre tivemos o apoio, a compreensão, o respeito de todos eles, na atual e nas legislaturas passadas. Sempre procuramos ser parceiros de todos os Srs. Deputados, independentemente de partido e de ideologia. Para nós, essa é uma Casa sagrada. Temos a obrigação de defendê-la, de honrá-la e de lutar para a preservação de sua boa imagem.

Sem medo de errar podemos dizer que só fizemos amigos entre os senhores e guardamos na lembrança a solidariedade, a fraternidade, a cooperação, a estima, o respeito e o apoio de todos os parlamentares. Aprendemos muito nessa convivência. Aprendemos que o trabalho do legislador não é como uma hortaliça, que é plantada para ser colhida amanhã. É, sim, como a semente de uma grande árvore, que nasce, cresce, frutifica, dá abrigo, perpetua-se no tempo e guarda seiva para o futuro.

Aprendemos que as leis são feitas para que haja decência entre as pessoas. Aprendemos que a democracia, a justiça e a liberdade devem ser cultivadas todos os dias. Lutar no presente presentindo o futuro, porque o trabalho fecundo não é o que realiza tudo hoje, mas o que conserva vigor para frutificar amanhã.

Aprendemos que a inveja, a cobiça, o arbítrio e a ignorância nunca construíram nada de bom. A ética, a justiça, a moral e a razão são os fundamentos pelos quais devem se pautar todos os cidadãos e principalmente os políticos. Quem assim não sentir, assim não proceder, poderá ser um professor, mas nunca um mestre; um sacerdote, mas nunca um apóstolo; um comandante, mas nunca um líder; um governante, mas nunca um estadista. Conforta-nos as palavras do grande tribuno e jurista baiano, Ruy Barbosa, ao falar sobre a superioridade do direito e da justiça: "Pouco importa a miséria dos homens, a imoralidade da sorte, o silêncio da multidão, as friezas da indiferença, os desdêns da soberba, os conchavos do egoísmo, o trespasse da justiça, as glorificações da baixaza e da traição, as vitórias da crueldade e do rancor. Deus arrebatou as criaturas na corrente caudalosa dos fatos e submerge as resistências do nosso lodo no abismo da sua Providência benfeza e criadora".

Alguém já disse que o "triufo pode não chegar a tempo como prêmio ao lutador; não faltará, porém, como recompensa da luta". Temos a certeza de que vencemos. A TV Assembléia está aí para quem quiser ver. As vicissitudes não nos abalam; pelo contrário, dão-nos força para lutar, para trabalhar, para perseverar sempre. "A vida não é apenas o momento que passa, é também o dia vindouro. E quem restringe a vida ao momento de agora, sacrifica, anula e mata o próprio ideal, cuja força está nas aspirações do futuro."

Prezado Deputado Agostinho Patrús, sempre procuramos servir essa Casa com lealdade, com fidelidade, com muito respeito, dignidade e dedicação profissional. Agora chegou a hora das despedidas, e elas sempre nos embaraçam. Por isso, valemo-nos de V. Exa. para transmitir a todos os funcionários de boa-vontade da Assembléia, que estiverem durante todo esse tempo, lado a lado, conosco na construção dessa obra pioneira, que é a TV Assembléia, e a todos os senhores parlamentares, sem nenhuma distinção, os nossos profundos agradecimentos pelo apoio, pela consideração, pelo respeito, pela confiança e pela solidariedade. A todos os senhores, às suas famílias, aos amigos, aos nossos colegas de corpo e de cruz, um feliz Natal, um Ano-Novo cheio de realizações e de muito sucesso. Rogamos a Deus e a Nossa Senhora das Graças, que iluminem, que tragam fê, muita paz, prosperidade, bondade e sabedoria para todos.

Um fraternal abraço do Augusto Chelotti, Preview Produções."

Sr. Presidente, é minha missão transmitir aos Srs. Deputados e a toda a Casa os agradecimentos e as despedidas do Chelotti, pelo trabalho que fez à frente da Assembléia Legislativa. Hoje, ele se despede, mas - quem sabe? - amanhã, em uma nova concorrência, poderá estar aqui novamente conosco.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)\* - Gostaria apenas de dizer da importância que deve ser dada à TV do Legislativo. Estamos, à frente da UNALE, trabalhando com todos os parlamentos estaduais, para que seja implantada uma TV, a fim de que o cidadão que votou no seu parlamentar possa acompanhar todo o trabalho desse Deputado e, também, da Casa Legislativa, que é a representação do povo. O Chelotti prestou um grande serviço a esta Casa. Deixamos aqui consignado esse reconhecimento. Ele está ajudando-nos a montar essa TV do Legislativo no Brasil inteiro. Fica aqui registrado o nosso reconhecimento pelo serviço que prestou. Certamente, em nível de UNALE, estaremos aproveitando toda a experiência que adquiriu. Acredito que teremos uma boa qualidade na prestação desse serviço. Gostaria apenas de dizer da importância dessa televisão no processo democrático e nas atividades do Poder Legislativo e dos trabalhos profissionais que o Chelotti prestou a esta Casa, enquanto esteve servindo à TV do Legislativo.

O Deputado Agostinho Patrús - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini. Apenas para encerrar o meu pronunciamento, gostaria de transferir as palavras elogiosas, dirigidas a Augusto Chelotti, aos meus companheiros de Mesa, Deputados Wanderley Ávila, Sebastião Navarro Vieira, Paulo Pettersen, Rêmo Aloise, Maria José Hauelsen, Ibrahim Jacob, Ermano Batista e Antônio Júlio, que compuseram comigo a Mesa de 1995 a 1997. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, antes de passar a palavra ao orador seguinte, gostaria de comungar com as palavras do ex-Presidente desta Casa, Deputado Agostinho Patrús. Foi, exatamente, sob sua gestão que a televisão se iniciou. Olhando para trás, percebemos que todos os outros Presidentes que passaram após V. Exa. procuraram melhorar e ampliar a ação da TV Assembléia. A cada dia que passa, notamos que essa TV tem credibilidade e aumenta sua audiência. Temos de cuidar para que isso continue.

A Presidência deseja, aproveitando o momento, dizer que reconhece o valor do trabalho que fez o Sr. Chelotti à frente da TV Assembléia. Em razão de uma determinação no momento em que assumimos - prorrogar contratos que não tenham alternativa -, todos os contratos que tiverem condições para isso passarão por um processo licitatório - assim deve ser feito na área pública -, antes de ser contratado. Esta Mesa está agindo segundo essa lógica e diretriz e não vai, portanto, renovar o contrato com o Sr. Chelotti. Excepcionalmente, durante os 60 a 90 dias, prazo de definição dos processos licitatórios, a Assembléia renovará o contrato de todos os funcionários que trabalham na TV Assembléia, sem prejuízo algum para qualquer das partes e sem prejuízo, também, para este Poder. A Presidência deseja ao Sr. Chelotti, por tudo que ele fez pela TV Assembléia, felicidades. Se ele concorrer ao processo licitatório, a Presidência terá o maior prazer, junto com o 1º-Secretário, porque somos nós que homologamos as concorrências, em homologar novo contrato com o Sr. Chelotti, mediante licitação pública.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, visitantes que nos honram nas galerias, fiel às obrigações regimentais, quando percebemos que o Sr. Presidente anunciou os dois oradores inscritos antes de mim, sabendo que seríamos o próximo, caminhamos em direção a esta tribuna, para aproveitar um pouco mais o tempo.

Queremos voltar aqui, como fazemos agora, para continuar o nosso processo de persuasão da opinião de Minas Gerais sobre esse projeto de lei que, no apagar das luzes deste ano, veio integrar a nossa pauta - o Projeto de Lei nº 705/99, que se refere a "n" taxas. São taxas para tudo, só não inseriram taxas para vir à tribuna, possivelmente deixando isso para uma outra etapa. Aproveitamos essa liberalidade de não ter de pagar para esclarecer algumas coisas mais.

Esse projeto chegou à Assembléia com 129 taxas, além das já existentes. Com um grande entendimento, o número baixou para 109 taxas. Excluíram algumas, como asilos e similares. Logo em seguida, em 2º turno, veio outra emenda, trazendo uma taxa gigantesca. Mesmo que tentem ofuscar, ainda estão caindo os pedaços. Querem que uma kombi que transporta verduras para o CEASA-MG pague o mesmo valor que os veículos importados. Isso, além de inconstitucional, é injusto.

Queremos crer que o Governo esteja agindo como um antigo comerciante da cidade de Mantena, Sr. Miguel. Dizem que o Sr. Miguel era um comerciante de eletrodomésticos. Ele tinha o hábito - era uma questão até cultural - de sonegar impostos. Na região, entre os Estados de Minas e Espírito Santo, havia um posto fiscal com um fiscal. O fiscal tinha um veículo talvez da época daquelas antigas lambretas, aquele veiculozinho, com velocidade limitada. Colocava-se um guarda-roupa na carroceria de uma caminhonete, bem exposto, tirava-se a nota e mandava-se sair à frente. Enquanto isso, dois caminhões-baús ficavam atrás, completamente lotados. A caminhonete, com o guarda-roupa, passava pelo posto fiscal em alta velocidade e continuava. Em uma encruzilhada, a caminhonete entrava na primeira à direita, e o fiscal ia atrás, ou cumprindo o seu dever ou por conveniência. Enquanto isso, os dois caminhões-baús, superlotados com mercadoria cara, transpunham a fronteira dos Estados, seguindo tranqüilamente até o ponto final.

Talvez, essa "narcotaxa", que foi inserida no 2º turno, contrariando todas as normas e, inclusive, o bom-senso, esteja agindo como aquela caminhonetezinha que transportava o guarda-roupa, e o Governo, semelhante ao fiscal, por omissão ou conveniência, faz vista grossa, permitindo que aquela taxa seja o alvo da imprensa e das discussões da Oposição e

da sociedade mineira. Enquanto isso, as outras taxas, que não são um caminhão-baú, mas sim um navio de guerra, superlotado de canhões, para explodir nas mãos do povo, vieram navegando nas águas tranqüilas da insensibilidade do Governo, que, por omissão ou conveniência, permitiu soltar a "narcotaxa" na última hora, sendo que, com a sintonia existente entre ele e a Maioria, essa taxa poderia estar inserida na primeira fase do projeto de lei. Mas não o fizeram, porque precisavam que ela fosse a caminhonetezinha do Sr. Miguel, ou seja, chamasse a atenção da imprensa e da opinião pública, permitindo que viesse atrás não o caminhão-baú, mas sim um navio lotado de canhões, que hoje navega nas águas tranqüilas da insensibilidade e da falta de compromisso do Governo.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)\* - Gostaria de elogiar V. Exa. pela lucidez com que faz seu pronunciamento e por alertar a sociedade. Primeiramente, hoje, lendo um dos jornais de Minas Gerais, vi uma notícia, certamente "plantada", de que o Governo quer vincular essa taxa cobrada no IPVA, que, na verdade, é um aumento do IPVA, ao narcotráfico. Mas isso é uma mentira, ela não é para combater o narcotráfico, mas sim para engrossar o caixa único do Governo, a fim de, como muito bem disse o Secretário, em sua exposição lida pelo Deputado Eduardo Daladier, servir como a CPMF da segurança pública. Está-se cobrando uma taxa a mais, para se cobrir o rombo do caixa do Governo.

Em segundo lugar, V. Exa. foi muito feliz, quando afirmou que o povo não está percebendo a realidade, sendo preciso que falemos, alto e bom som, que serão cobrados 18% a mais na compra de carros novos através do "leasing" e 12% na de carros usados. Essa taxa está instituída e será cobrada não das empresas, mas dos consumidores.

Em terceiro lugar, há também o DPVAT: não temos certeza de que não será repassado para o consumidor. Tudo indica que não. Mas não temos essa segurança.

Em quarto lugar, as 109 taxas citadas por V. Exa. serão cobradas, e não o eram. Tudo isso será novamente repassado ao consumidor. Não queremos nem falar da energia elétrica, que teve um aumento de 63%. O Governo foi competente, fazendo parecer que 63% foi um índice irrisório. É sempre assim: prometem o inferno, para dar o purgatório, e o povo achar que é o céu. Então, é uma forma de ludibriar a sociedade mineira. Portanto, parabéns a V. Exa. pelo alerta que está fazendo. É exatamente assim. Não queremos que o Governador vete somente essa taxa a mais no IPVA, queremos que vete o projeto inteiro, que é muito ruim para a sociedade.

Agradecendo as palavras do Deputado Miguel Martini, gostaríamos de lembrar que, em data recente, houve uma movimentação, uma turbulência na CEMIG. Foi uma verdadeira efervescência, pois disseram que haveria aumento para 800 mil consumidores. De repente, conforme a posição demonstrada pelo Sr. Governador, esse número foi reduzido para 400 mil consumidores ou algo aproximado. No entanto, a nosso ver, o aumento já seria mesmo para os 400 mil. Os 800 mil funcionariam como cortina de fumaça para desviar a atenção da opinião pública e fazer parecer que em Minas Gerais está havendo benevolência. Estão agindo literalmente, como agia o Sr. Miguel, com a sua caminhonetezinha, desviando a atenção do fiscal.

É muito comum ouvirmos da base do Governo o seguinte discurso: o Governo está fazendo isso por causa da medida provisória do Governo Federal. Ora, o povo de Minas Gerais é inteligente, é consciente. O Sr. Governador disse, recentemente, que Minas é um Estado rebelado. Se é um Estado rebelado, não precisa temer uma medida provisória do Governo Federal, diga-se de passagem, num momento de desgaste. Gostaríamos somente de lembrar que o povo está sendo penalizado com essas taxas. As atenções estão sendo desviadas para uma das 110 taxas que pesarão no bolso do mineiro, trazendo conseqüências para a sociedade.

Mas a Oposição desta Casa não critica somente. A Oposição de Minas Gerais tem responsabilidade para com o Estado; a Oposição quer construir no presente, pavimentar o caminho para o futuro, quando estaremos de volta ao Palácio da Liberdade. Estamos preparando o Estado para o futuro. Por essa razão, estamos apresentando um requerimento ao Sr. Governador, a fim de que tenha a oportunidade de vetar esse projeto de lei na sua plenitude ou em parte. Queremos dizer a todos os mineiros que não somos radicais e, portanto, antecipando, se o Governador vetar, terá o nosso voto favorável à manutenção do veto, porque o povo de Minas Gerais não suporta mais tantas taxas; o povo de Minas Gerais recebe com agressão a figura da "narcotaxa". Os municípios mineiros estão, de forma indireta, lesados por essa taxa, porque, o Governo, se quisesse e tivesse coragem cívica, teria aumentado o IPVA na proporção do valor dessa taxa. No entanto, se assim o fizesse, os municípios mineiros passariam a ter parte, pois 50% seriam do Estado e 50%, do município.

Estamos trabalhando em duas vertentes: a primeira é que essa taxa foi inserida para desviar as atenções.

O Deputado João Leite, que, além de ser um bellissimo parlamentar, estudioso da história da humanidade e estudioso dos momentos presentes, foi no passado, um jogador de futebol, foi um atleta de seleção enquanto nós fomos jogador de pelada de ponta de rua. Ele sabe que havia aquele jogador que ficava na entrada da área cavando a falta. Nós fazíamos esse papel, porque não sabíamos chutar no gol. Não sabíamos fazer grandes lançamentos, mas sabíamos ficar desmarcados. Então, ficávamos na posição da entrada da área esperando a falta, para ganhar tempo. Quando o nosso time, lá por acaso, uma vez na vida, ganhava ou acontecia de estar ganhando, nós ficávamos próximo da área para tentar segurar a bola e ser objeto de falta por ali. Isso acontece muito. De repente, essa tal de "narcotaxa" tem esse papel.

Mas se tiver, ótimo. Pelo menos essa para o povo de Minas Gerais. Como dissemos no início, esse projeto teve o nome de "boeing 705". Com as emendas e as "narcotaxas", ele se transformou num "navio de guerra", transportando canhões: navegou, navegou, e esperamos que agora não estoure nas mãos do povo de Minas Gerais. Por isso é que estamos fazendo um apelo ao Governador. Está expresso que ele deve vetar, e só faltava dizer isso. Mas agora estamos dizendo de público. Se ele vetar, terá o nosso apoio para a manutenção do veto.

Fica aqui o nosso apelo à base do Governo, ao Governador e às suas Lideranças: se o Governador vetar terá a nossa solidariedade e, na ocasião oportuna, defenderemos aqui a manutenção do veto.

Não continuemos a enganar a população de Minas Gerais. Minas Gerais não merece ser enganada. Seu povo é ordeiro, trabalhador, operoso e não é sonegador, como alguns dizem. O povo de Minas Gerais é justo e honesto.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Nossos cumprimentos ao Presidente em exercício, Deputado Gil Pereira, a todos os colegas Deputados, à imprensa, aos telespectadores da TV Assembléia. Inicialmente, gostaria de falar sobre a inclusão da cidade de Itaguara na região metropolitana. Temos aqui uma cópia do ofício do Prefeito Rui Alberto Lara ao Governador, em que, num dos últimos parágrafos, diz: "A decisão da Assembléia pode ter um respaldo constitucional, contudo não contou com a consulta prévia e a aquiescência do povo de Itaguara. Em assim sendo, estamos tomando a liberdade de propor a V. Exa. revisão da supramencionada lei complementar através de proposta do Executivo à Assembléia Legislativa".

Tínhamos até discutido com os colegas Deputados sobre retirarmos, com uma emenda, Itaguara da região metropolitana. Depois, numa discussão mais profunda e ouvindo vários segmentos, pensamos que, se foi feita essa mudança sem se discutir com toda a população e com o próprio Prefeito e os Vereadores, também não seria justo uma mudança sem ouvirmos a população e as lideranças de Itaguara.

Soube que a Comissão de Assuntos Municipais desta Casa sabiamente tomou a decisão de, a partir do ano seguinte, só tomar posições importantes com relação aos municípios depois de ouvir suas lideranças em audiências públicas. Assim nos informou o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Brandão.

Tomamos a liberdade e estamos protocolando pedido nessa mesma Comissão, ainda este ano, com vistas a que, no início da sessão legislativa do ano seguinte, Itaguara possa ser ouvida em audiência pública realizada na cidade, onde nós, Deputados, Vereadores, Prefeitos, lideranças dos movimentos organizados possamos dar uma definição final. Se Itaguara quiser permanecer na região metropolitana, terá todo o nosso apoio, com certeza, nesta Casa. Se quiser fazer mudança, terá o nosso apoio também para fazer as mudanças, mas ouvindo a comunidade. Queremos deixar registrado que fomos procurados por várias lideranças de Itaguara - que também conhecemos, pois fica bem próximo de onde residimos, em Betim -, porque temos esse compromisso - não só lá, mas em todo o Estado e, sobretudo, nas cidades mais próximas - de estarmos trazendo para esta Casa os anseios e as reivindicações das nossas cidades.

Outro fato que queremos hoje registrar é que, após termos sido procurados na sexta-feira passada por um morador de São Sebastião de Águas Claras, apelidado Macacos, distrito do Município de Nova Lima, estivemos lá ontem, durante toda a manhã e na parte da tarde, quando haveria a retirada de 14 famílias - não na zona rural, mas na urbana -, num total de 47 pessoas. Esse terreno de 2.000m<sup>2</sup> está inserido numa grande fazenda de 1.000.000m<sup>2</sup>, por sinal, uma área nobre, muito bonita, onde passa um rio perto.

Fazendo um parêntese, aqueles moradores não jogam lixo no rio, têm um senso ecológico muito profundo.

Esse terreno pertenceu à Mitra - ligada à Igreja católica - até 1994, quando foi vendido para três grandes empresas: Viação Anchieta, Centro-Sul Empreendimentos e Roscoe Engenharia. Havia na justiça uma ação de reintegração de posse. Essa ação foi substabelecida para os advogados dessas empresas, mas não retiraram a Mitra como pólo ativo. A Mitra, então, de uma maneira equivocada, continuou constando como proprietária da área. O primeiro advogado dos moradores abandonou a causa - Deus sabe por quê; porque são pobres ou por algo que tenha acontecido nesse transcurso. Agora, recentemente, foram comunicados de que tinham perdido a causa e tinham de sair. Basta dizer que algumas famílias moram nesse local há 20 anos; outras, há 6, 7 anos. Portanto, não é uma ocupação de poucos dias. Há não só um valor afetivo, mas também toda uma história daqueles trabalhadores que ganham salário mínimo, sendo muitos varredores de rua.

Nesse distrito quase todas as casas são construídas em terreno devoluto. Existem lá pessoas que têm melhores condições de vida, não têm título de propriedade, mas a ação recaiu apenas sobre aqueles moradores pobres. Das 14 famílias, 5 estavam citadas nessa ação.

Quando chegamos, já estava lá a Polícia Militar para dar respaldo à ação. As Oficiais de Justiça, infelizmente, duas mulheres, estavam lá fazendo o seu papel. Respeitamos as Oficiais, mas, ao mesmo tempo, percebemos que, às vezes, há necessidade de uma sensibilidade maior, porque, quando foi solicitado um prazo para negociação - só sexta-feira tivemos conhecimento -, não percebemos a sensibilidade da mulher mineira prevalecer ali.

Felizmente, a Mitra estava envolvida, e D. Serafim, nosso Cardeal Arcebispo, tomando conhecimento da situação e da grande injustiça que poderia estar havendo neste final de milênio, com o nome da Igreja envolvido, autorizou, através da assessoria jurídica da Mitra, a advogada, Dra. Rosa, a entrar com pedido de revogação dos direitos outorgados ao advogado Acácio de Paiva, pedindo a extinção do processo. O Juiz, antes irredutível, que não tinha acatado a solicitação do advogado atual dos moradores, teve, então, de acatar, porque legalmente a Mitra estava dizendo que não tem mais responsabilidade, que não tem o Dr. Acácio como seu advogado, porque, de fato, ele não representa a Mitra. O Juiz deu suspensão do processo e direito aos compradores de se habilitarem nesse processo.

É lógico que não foi uma vitória final, mas foi uma primeira vitória. Aqueles trabalhadores, aquelas 14 famílias terão tempo para negociar. Esperamos que a Mitra realmente faça uma intervenção para que haja justiça social e os direitos de moradia dos trabalhadores sejam respeitados. Esteve lá, também, o Dr. Fábio, da PUC-MG, que apóia a pastoral carcerária, exercendo um papel importantíssimo para que conseguíssemos essa grande vitória. Estivemos lá, como membros da Comissão de Direitos Humanos. Não representando a Comissão oficialmente, porque não houve tempo de nos reunirmos, mas como parlamentares que têm tido uma atuação em defesa dos trabalhadores e dos excluídos. Não poderia deixar de registrar oficialmente, nesta Casa, a alegria de, enquanto parlamentar do PT, enquanto membro da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, enquanto representante da mulher mineira, ter participado dessa vitória. Lá estavam presentes também o Carlinhos, de Nova Lima, Presidente do PT; o Ronaldo, Vereador; e várias lideranças comunitárias. O pessoal estava tão desamparado, tão sozinho, que não estava mobilizado. De repente, com uma soma de esforços, conseguimos essa grande vitória.

Ao final do segundo e início do terceiro milênio, queremos agradecer por tudo. Com esse fato, é possível refletirmos sobre a grande importância do parlamento, do Legislativo mineiro, para que possamos construir a sociedade com que tanto sonhamos, com mais igualdade, com justiça social, que nos permita superar as divergências, até mesmo partidárias, para que nossos objetivos comuns sejam os objetivos do povo mineiro. Que possamos realmente ir contra interesses de grandes proprietários que não estiverem de acordo com os interesses da maioria, com os interesses dos trabalhadores e com a justiça social.

Quero agradecer todo o apoio que recebi nesta Casa. Tivemos a acolhida de todos, sobretudo daqueles com quem tivemos a alegria de trabalhar mais de perto - a nossa bancada, a Comissão de Direitos Humanos. A todos os Deputados e Deputadas com quem tivemos a alegria de trabalhar, queremos agradecer o apoio e a oportunidade de aprender. Este parlamento é um grande desafio. Podemos usar o poder a serviço da vida, para que haja mudanças radicais ou para que prevaleçam os privilégios, para que a nossa sociedade não avance, para que a desigualdade permaneça. Temos que construir uma sociedade mais justa, mais democrática e mais feliz. O nosso muito obrigada e que o Menino Jesus abençoe cada um de nós, e que possamos, no ano 2000, estar mais animados, mais fortalecidos pela nossa fé, nessa luta constante, nessa nossa missão de parlamentares e cristãos.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Deputada Maria Tereza Lara, rapidamente gostaria de cumprimentar V. Exa. Gostaria de dizer da minha satisfação de poder tê-la como companheira na Comissão de Direitos Humanos. Quero aqui, no Plenário, manifestar o reconhecimento pelo trabalho que V. Exa. vem realizando na comissão; um trabalho sério, um trabalho importante. V. Exa. não tem medido esforços para defender os trabalhadores, as pessoas necessitadas de justiça que buscam a nossa Comissão de Direitos Humanos. Quero aproveitar esses momentos para elogiar a atuação de V. Exa. na Assembléia Legislativa e na Comissão de Direitos Humanos. Não abrimos mão do seu trabalho, um trabalho muito importante para nós, reconhecido pela população.

Quero deixar registrada a minha satisfação em poder estar junto com V. Exa. e elogiá-la por mais essa vitória, por mais essa luta que V. Exa. empreendeu e da qual saiu vitoriosa; não só V. Exa. mas também os trabalhadores que estão tão necessitados da nossa presença e da nossa luta junto com eles pela justiça no nosso Estado. Parabéns pelo trabalho que V. Exa. realizou neste ano. Sei que realizará muito mais na Comissão de Direitos Humanos no próximo ano. Muito obrigado pelo aparte.

A Deputada Maria Tereza Lara - Agradeço o estímulo ao nosso trabalho. Quero mais uma vez dizer da importância dessa Comissão, de seus membros e da atuação de V. Exa. para que possamos juntos construir o nosso sonho de uma sociedade com mais qualidade de vida. Agradeço, mais uma vez, a todos e sobretudo aos Deputados de outros mandatos, principalmente os da Bancada do PT, que nos puderam ajudar nessa caminhada do nosso primeiro mandato.

Como disse, esperamos continuar o nosso compromisso de parlamentar nesta Casa, neste nosso Estado, tão importante para a política do nosso País, para que o Brasil tenha mudanças radicais. Esperamos estirpar de vez esse projeto neoliberal que traz desemprego, para construirmos uma sociedade democrática em que haja um projeto alternativo de verdadeira participação popular. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente Anderson Aduato, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e senhores visitantes, esta, provavelmente, será a última reunião ordinária da Assembléia Legislativa em 1999. Este ano certamente ficará marcado para todo o nosso Estado e para todo o nosso povo como um ano complicado, de posições políticas tomadas pelo Poder Executivo, muitas vezes rebatidas pelo Poder Legislativo. Neste ano, houve um crescimento muito grande das ações políticas em relação às ações administrativas no nosso Estado.

Tudo começou quando S. Exa. o Sr. Governador, ao tomar posse no Governo de Minas Gerais, apresentou a proposta de moratória do nosso Estado em relação à dívida de Minas Gerais para com a União. Nesse momento se desencadeou todo um processo político, uma reação tanto do Governo Federal em relação ao nosso Estado quanto do Governo do nosso Estado em relação ao Governo central.

Infelizmente, aconteceram paralisações de obras, interrupções de projetos e programas importantes que já estavam acertados e que certamente dariam uma nova feição, um novo "status" ao nosso Estado. Citaria, por exemplo, o programa de recuperação das estradas de Minas Gerais, programa que já estava acertado com recursos do Banco Mundial. O Estado entraria com uma contrapartida de 10%, num valor de R\$1.500.000.000,00 para recuperação de nossas estradas; obras importantes como a da duplicação da Fernão Dias até o Estado de São Paulo; a duplicação da BR-135 e a duplicação da estrada que liga Belo Horizonte ao Vale do Aço. Enfim, um programa viário extremamente importante para Minas Gerais.

O programa de capacitação de professores, também com volume de recursos de mais de US\$150.000.000,00, proporcionaria aos professores mineiros oportunidade de capacitação maior e recuperação da rede física do nosso Estado.

Lembro também a continuação do Programa Jaíba, o Jaíba II, na sua parte empresarial; a paralisação em definitivo da Ferrovia Unai-Pirapora, que integraria toda a região Centro-Oeste de Minas, proporcionando aos produtores rurais das margens do rio São Francisco melhor condição de comercializar seus produtos agrícolas; a interrupção de ações de combate à seca, com a paralisação do Programa Pró-Hidro.

Assistimos a uma luta muito grande da bancada de Deputados do Norte, do Noroeste e do Leste de Minas, no combate à seca, que dizimou todas aquelas regiões, levando ao

desespero milhares e milhares de pessoas.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR -, com recursos de R\$76.000.000,00, também não há nenhuma perspectiva de ser levado adiante.

Tudo isso aconteceu de modo irreversível. Estamos sofrendo na pele as ações dessa decisão política do Governador Itamar Franco de paralisação do diálogo entre Minas e Brasília. Estados vizinhos, notadamente Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, ganharam com o restabelecimento do diálogo, das negociações, do contato político e administrativo com Brasília.

Estou dizendo tudo isso para mostrar também o papel das Oposições nesta Casa. Mesmo sentindo todas as dificuldades, acompanhando com ansia o processo político que se desenvolveu em Minas Gerais, as Oposições tiveram um comportamento ético, respeitoso. Preferimos analisar todos os projetos, sem exceção, à luz da verdade, do entendimento e do diálogo, procurando não prejudicar ainda mais o Estado.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Agradeço ao nobre Deputado. Nesta oportunidade, gostaria de dizer a V. Exa., aos Deputados presentes e aos telespectadores da TV Assembléia que estamos chegando ao final deste ano com surpresas. Nostradamus disse que coisas impossíveis iríamos ver no final do século.

Aqui em Minas, estamos vendo o Governador Itamar Franco, natural de Juiz de Fora, criar essa chamada "narcotaxa". Já em Juiz de Fora, um Vereador "itamarista", cujo nome é Laurindo Neto, criou uma lei obrigando os cavalos que puxam carroças a usar cuecas. São coisas em que não acreditamos. É verdade, dá até para rir. Aqui, é "narcotaxa", em Juiz de Fora, o cavalo tem que usar cueca. O difícil vai ser encontrar alguém para colocar cueca nesses cavalos. O pior é que essa lei foi aprovada. Os carroceiros estão indignados querendo saber quem vai conseguir colocar e trocar as cuecas dos cavalos. Esse é o problema. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Na verdade, algumas atitudes partidas de Juiz de Fora têm-nos causado extrema preocupação, Deputado. Esse povo de Juiz de Fora é, realmente, surpreendente.

Gostaria de dizer que a nossa posição foi extremamente transparente e clara. Estou hoje sendo indicado, com muita honra, pelos companheiros do PSDB para novamente, no ano 2000, continuar na Liderança da Minoria. Queremos continuar estabelecendo o diálogo entre as Oposições, a Minoria da Casa, com a Presidência, com a Mesa e com a bancada de sustentação do Governo Itamar Franco. Não vamos, aproveitando do cargo, procurar radicalizar nas nossas posições. O PSDB, o PFL e o PSN têm tido um comportamento extremamente criterioso, cuidadoso, no exame de todas as matérias que chegam à Casa. Recentemente recebemos uma solicitação do Governador Itamar Franco, cujo objetivo era cobrar os créditos tributários. Procuramos cooperar no que foi possível, mostrando as incoerências do projeto original, apresentando as nossas emendas e as nossas sugestões, estabelecendo, assim, um verdadeiro diálogo. Cooperamos para que S. Exa., o Governador, pudesse arrecadar, para os cofres do Estado, R\$400.000.000,00. Nesse entendimento entre Oposições e Governo, deixamos claro que os créditos tributários teriam que ser usados, prioritariamente, para o pagamento do 13º salário do funcionalismo, referente a 1998 e a 1999. Infelizmente, também as nossas pretensões não encontraram respaldo no acordo firmado, e o 13º salário de 1998 está sendo pago a prestação. E agora, no final do ano, com toda a dificuldade, observamos que o funcionalismo, mais uma vez, ficou prejudicado. Aliás, o funcionalismo público estadual, de acordo com a imprensa, tem os salários do Executivo equiparados aos salários dos Estados mais pobres, os Estados nordestinos. A média de salário do funcionário do Estado encontra-se em torno de R\$400,00, enquanto em São Paulo é de R\$900,00 e no Rio de Janeiro é de R\$800,00. É necessário que os acordos firmados entre as Oposições e o Governo de Minas sejam cumpridos. Esperamos que o ano 2000 seja o ano do funcionário do Estado, quando poderemos estabelecer um diálogo mais estreito, mais transparente e confiável entre o Governo de Minas e os 400 mil servidores. A continuar nessa quebra de acordo, com o Governo desconhecendo as pretensões do funcionalismo, as Oposições preferiram firmar um pacto de não mais aceitar esse pouco caso no ano 2000.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Agradeço a palavra que V. Exa. me concede. Seguindo seu raciocínio, estamos apresentando a conduta das Oposições, neste parlamento, durante o ano de 1999. Cumprimentamos V. Exa. pela brilhante exposição que faz e pelo balanço da situação do Estado que ora apresenta.

Gostaria de reafirmar que todos somos companheiros de partido, e o nosso esforço durante este ano se baseou fundamentalmente em fazer com que a Oposição nesta Casa, o PSDB, o PFL e o Deputado Miguel Martini, desempenhássemos o nosso trabalho para dar à Oposição uma característica de oposição consistente, responsável e, sobretudo, inteligente, buscando os melhores caminhos para o povo de Minas Gerais. Mas o nosso trabalho foi também mostrar que esta Casa é dialética, e que muitas vezes as verdades para as situações do passado, hoje, se invertem. Mas compreendemos isso com espírito de conciliação e de afirmação do Poder Legislativo. Estamos trabalhando para que o Poder Legislativo não seja apenas um Poder comandado pelo Palácio da Liberdade. Desde o primeiro dia nos comportamos dessa forma, e é assim que continuaremos a trabalhar nesta Casa. Vamos trabalhar para que o Poder Legislativo possa usar os mecanismos necessários para a sua independência, para não ocorrer neste parlamento apenas a vontade do Executivo; porque vivenciamos esse vício em todas as Casas Legislativas. Minas Gerais deve dar o exemplo.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço as palavras de V. Exa., nobre Deputado Hely Tarquínio.

Sr. Presidente, para terminar, queremos reconhecer, em nome da Oposição, todo o esforço que a Mesa tem feito para nos dar condições de exercer plenamente o nosso mandato, o nosso papel de Oposição. Se temos alguma diferença política com o Governo do Estado, com a Mesa e, especialmente, com V. Exa., Sr. Presidente, posso dizer que tivemos todas as condições para desempenhar o nosso papel constitucional de fiscalizar o Poder Executivo e de apresentar nossas proposições. Agradeço a V. Exa., agradeço aos Deputados e, em nome do PSDB, do PFL e do PSN, renovamos o nosso compromisso de continuarmos firmes no ano 2000, exercendo o nosso papel e, principalmente, a nossa obrigação de estarmos juntos batalhando pelas causas de Minas Gerais e do funcionalismo. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores que nos acompanham por intermédio da TV Assembléia em todos os recantos de Minas Gerais, comece a minha fala manifestando um enorme pesar pelo falecimento ocorrido ontem, em Montes Claros, do Sr. Germinio Gonçalves dos Santos, conhecido como Géó, meu companheiro de batalha política desde 1976, quando participei da minha primeira campanha política como candidato a Vereador. Desde essa época contamos com a presença ininterrupta do companheiro Géó. Foi com imenso pesar que tomamos conhecimento de seu falecimento prematuro. Que Deus dê a ele o lugar que merece como grande companheiro que sempre foi.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já com alguns dias de atraso, mas ainda em tempo, acho importante falarmos sobre um acontecimento na área da educação, em Minas Gerais; o fato de o Ministério da Educação ter inventado um tal de provão para "ranquear" as universidades brasileiras. Primeiramente, é incrível como um Governo que tem feito pouquíssimo na área da educação, que tem investido quase nada no ensino superior brasileiro, que tem deixado as universidades praticamente ao-deus-dará, resolva, para fazer farol, para aparecer perante o noticiário nacional, criar uma espécie de prova para saber quais são as boas faculdades e quais não são boas.

Se o Ministério da Educação deseja avaliar as universidades, tem de se aprofundar mais, tem de buscar condição estrutural e conhecer o real funcionamento e as dificuldades regionais de cada uma, e não simplesmente marcar o dia de uma prova. Sabemos que milhares de alunos fizeram esse provão vendo como responsável pela prova um Governo neoliberal, que não tem respondido com seriedade aos problemas brasileiros. Então, houve um boicote. Todos sabemos que os universitários foram fazer as provas de maneira debochada e descomprometida, como se fosse um protesto - aliás, em muito boa hora. O resultado da prova, que foi feita nessas condições, foi divulgado com estrépite pelo Ministério da Educação, com um barulho pirotécnico, a fim de demonstrar a fragilidade desta ou daquela Faculdade. Posso afirmar-lhes, com absoluta convicção, que o Ministério da Educação cometeu, com isso, grande injustiça em alguns casos. Cometeu grande equívoco ao analisar, apenas através das provas dos alunos, feitas de maneira experimental e descomprometida, a situação de cada Universidade. Por exemplo, com relação às universidades estaduais de Minas Gerais, tanto a UEMG, quanto a UNIMONTES, da qual, como todos sabem, sou egresso, pois fui funcionário da Faculdade de Filosofia, aluno da Faculdade de Economia e de Direito e professor da Faculdade de Direito, posso dizer-lhes, com absoluta convicção, que elas têm resistido com seriedade. Essas universidades têm oferecido um ensino, pelo menos no que diz respeito à UNIMONTES, que conheço mais, da mais alta qualificação. Tanto assim é, que os alunos da Faculdade de Direito, dos quais tive a honra de ser o patrono da formatura na última sexta-feira, tiraram as melhores notas. Ainda assim, isso não é suficiente, porque, quando se aferiu a Faculdade de Medicina da UNIMONTES, teve ela uma avaliação fraca. Isso significa que a Faculdade de Medicina de Montes Claros não tem qualificação para oferecer um bom ensino aos seus alunos? Essa conclusão é absolutamente equivocada. Essa Faculdade tem um trabalho que vem sendo sedimentado ao longo de 30 anos. Ali, formaram-se médicos da maior competência. Aqui mesmo, nesta Casa, há quatro ou cinco Deputados que se formaram médicos pela Faculdade de Medicina de Montes Claros. E são todos muito capazes. A Faculdade de Medicina do Norte de Minas realiza um trabalho de faculdade sertaneja, fincada em um sertão, para formar médicos para a região do Jequitinhonha e para todo o Norte de Minas. Mas, de repente, aparece o MEC, com um provão, avaliando, através de notas de uma prova, as universidades, e faz uma divulgação nacional, deixando-a mal e jogando por terra um trabalho de 30 anos, desenvolvido por dirigentes e por professores tidos e havidos com o da maior capacidade. Lembro-me de quando foi criada a Faculdade de Medicina de Montes Claros. Na época, médicos como João Maurício e Mário Ribeiro da Silveira idealizaram a Faculdade, para formar médicos - isso era quase um sonho - fora da realidade da época. E a Faculdade foi firmando-se. Hoje, possui um hospital universitário e está implantando um sistema de atendimento neonatal, que é pioneiro na região. Há profissionais formados nessa Faculdade, há várias gerações, da mais alta competência. Por essa razão, manifesto o meu

protesto contra o que houve. O MEC não podia ter sido irresponsável nem superficial. Se quisesse avaliar a qualidade dos alunos, levantasse as suas notas em todos os anos, porque o aluno, no final do ano letivo, faz prova para valer. Essa avaliação é mais realista.

Foi uma prova feita na brincadeira, feita sob protesto, quando alunos, com razão, protestando contra um Governo Federal irresponsável, acabaram por fazer provas sem compromisso algum, comprometendo a nossa universidade. Como montes-clarense, como Deputado majoritário em Montes Claros e como Deputado do Norte de Minas, cabe-me protestar e lamentar que o MEC tenha como única finalidade de seu trabalho, em vez de mandar verbas para as universidades e investir mais nelas, simplesmente "ranquear" as faculdades, para saber quem leva letra A, B, C ou D, não se importando com um trabalho árduo e sério, que foi feito no passado, para fazer crescer e valorizar as nossas universidades.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Deputado Luiz Tadeu Leite, agradeço o aparte que a mim é concedido. Pedi em meu gabinete que mandassem para o Plenário, rapidamente, um requerimento que apresentei, provavelmente em 1996. Acho que não vai dar tempo, porque fui pego de surpresa com o seu discurso.

Apresentamos aqui, um requerimento que foi aprovado em Plenário endereçado ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado, na época. Fomos pioneiros, na legislatura passada, no protesto contra o chamado "provão", quando uma medida provisória o implantava no País.

Quero parabenizar V. Exa. pela coragem e pela lucidez com que aborda esse tema. Estou plenamente de acordo com os seus pontos de vista, que já foram externados por mim, em 1995 ou 1996. O ato era apenas uma medida provisória, que pregava a entrada em vigor do "provão". Naquela época, tivemos o apoio de entidades de ensino médico. Estribados nisso, posicionamo-nos contrariamente a isso, aqui, na Assembléia.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Agradeço a V. Exa. É de se lembrar, Deputado, que, no ano de 1997, num mesmo tipo de "provão", a Faculdade de Medicina de Montes Claros ficou entre as dez melhores do País, com um conceito muito bom. Agora, recebe um "E". Pergunto: a faculdade piorou em dois anos, a esse ponto? O que houve para que piorasse tanto em dois anos? Não, confiaram e se basearam numa única prova feita por alunos. Alguns a fizeram em tom de protesto, outros, em tom de deboche, protestando contra o próprio Governo Federal, porque viam nisso um gesto nazista e irresponsável, para que a faculdade ficasse malvista em Minas e no Brasil, como se fosse uma faculdade de baixa qualidade.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)\* - Quero parabenizá-lo, Deputado Tadeu, pela propriedade do tema. Sou ex-aluno dessa faculdade de Medicina, com muito orgulho. Tenho a certeza de que meus colegas souberam aproveitar muito bem os ensinamentos que tiveram.

Quero apenas lembrar que esse MEC, que quer avaliar a Faculdade desta maneira, não tem financiamento para o ensino médio no Brasil inteiro, de maneira que Estados como Minas Gerais, que estão avançando na educação, não recebem um tostão, porque não há financiamento do MEC para o ensino médio. Como pode avaliar quem não se preocupa em fazer o mínimo, que é dar o 2º grau?

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Na verdade, a Faculdade de Medicina não se nega a ser avaliada. A avaliação é uma coisa normal. O que estamos contestando e temos de contestar é a forma da avaliação. Vamos buscar as provas, uma a uma, para ver se os alunos têm boas notas ou não. Mas, numa única prova, superficialmente, não tem sentido isso.

O curso de Medicina da UNIMONTES, posso dizer, é um dos poucos a contar com a infra-estrutura de um hospital universitário próprio, com residência médica credenciada pelo próprio MEC nas quatro áreas básicas, que oferece uma residência inovadora em saúde da família, para as áreas de medicina e enfermagem. O hospital da UNIMONTES inaugura, até março, o primeiro CTI neonatal e pediátrico da região. Tudo isso é sinal de que temos, em Montes Claros, uma faculdade que é orgulho do Norte de Minas, orgulho de Minas Gerais, que presta uma assistência da melhor qualidade ao educando. Estamos encerrando a nossa participação, neste curto período como Deputado desta Assembléia, protestando contra o MEC, Sr. Presidente.

Aproveito para desejar a todos os colegas e a V. Exa., nobre Presidente, um Natal feliz, um Natal cristão. E a todos os que nos ouvem, ao povo mineiro, um Ano-Novo com mais compreensão, mais operosidade e mais trabalho para esta Casa e para Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, já falamos exaustivamente sobre a questão da indicação para a CODEVALE. O Governo viveu, em dias recentes, um problema muito melindroso. A necessidade impeliu o Governo a promover algumas exonerações, e assistimos a isso com pesar, embora tenhamos tido uma posição clara, definida, do Governo a respeito dessas exonerações, mostrando claramente o seu perfil ético, a sua posição na defesa do interesse público, na defesa do bem maior que deve nortear a coisa pública. Mas entendemos que isso gerou um desgaste do ponto de vista ético, do ponto de vista da imagem pública do Governo.

Gostaríamos de relatar o caso da ADEMG, em que o Governo teve de tomar uma posição drástica, exonerando toda a Diretoria. Apesar de tudo, há três meses o Governo havia determinado ao auditor do Estado que fizesse uma auditoria na ADEMG e mostrou que as indicações que foram feitas para aquele órgão não foram pensadas. Foram aprovadas com uma margem enorme de votos aqui nesta Casa, sem muitos questionamentos, na sabatina feita pelos Deputados, mas depois foi necessária, de alguma forma, uma mudança. Isso significa que a emenda do Deputado Miguel Martini, que determina que os Presidentes e Diretores desses órgãos sejam sabatinados pela Assembléia como critério final para garantir a lisura, a moralidade ou o passado dos indicados, no caso da ADEMG, mostrou-se insuficiente. Tivemos muitas denúncias que envolviam licitações arrumadas, muitas denúncias de superfaturamento e mesmo de obras feitas sem licitação.

Entendo que o critério que muitos defenderam na última reunião, de que o nome aprovado na comissão já tem garantia para ser aprovado em Plenário, não é o melhor, daí o nosso cuidado em relação à questão da CODEVALE.

Tivemos também na CASEMG um espetáculo que não foi dos melhores. O Governo não pagou ainda o 13º salário atrasado do Governo Azeredo, pois faltam algumas parcelas para o próximo ano, e neste ano os servidores vão receber, nesta semana, 50% do 13º salário de 1999, e assistimos àquele espetáculo deprimente na CASEMG, quando o Presidente daquela estatal, de forma generosa, procedeu ao pagamento adiantado do 14º salário - o 13º já tinha sido pago no mês de julho - e ainda fez um adiantamento do 13º salário do ano 2000.

De novo o Governo teve que intervir, de novo o Governo teve que agir. É interessante que nessas duas indicações fica claro e evidente o grupo político do Governo que está por trás disso, um grupo que, quando governou este Estado, não deu grande demonstração de lisura nem de preocupação com a ética ou com o trato da coisa pública.

Para reforçar a questão da CODEVALE sobre a qual estou refletindo, poderíamos abordar também o caso da EMATER. O que é interessante no caso da EMATER, que veio à tona em razão de uma CPI que está em processo na Câmara Municipal de Iturama, com participação do Partido dos Trabalhadores local, é que o Governo teve que exigir a análise não só da vida presente do indicado, como também uma avaliação da sua vida pregressa, que ainda está em investigação, sobre a qual ainda não há uma definição. Nessa questão também se coloca uma reflexão a ser feita. Entendemos que foram feitas denúncias graves contra o indicado da CODEVALE, denúncias que merecem uma reflexão do Poder, denúncias que falam da não-realização de processo licitatório em obras na cidade de Minas Novas, quando foi Prefeito daquela cidade; denúncias que dizem que, com recursos liberados para construção de duas estações de tratamento de água e de esgoto, só uma foi construída; denúncias sobre a não-realização de asfaltamento em várias ruas. Isso nos força a refletir e a não concordar que essa indicação seja aprovada aqui sem uma reflexão maior. Não queremos impedir que a votação seja feita, queremos, sim, que haja uma reflexão com os Deputados. É interessante, mas essa quarta indicação está ligada ao mesmo grupo político que fez as duas primeiras, quando aconteceram exonerações. Achamos que isso seria colocar o Governador Itamar Franco em dificuldade mais uma vez. Queremos, sim, estar atentos, defendendo uma postura ética. Que essa indicação não seja aprovada. A nossa compreensão é a de que, se for, dentro de alguns dias ou de alguns meses, pode ocorrer a mesma coisa que aconteceu anteriormente, tendo o Governador que fazer exonerações, sofrendo um novo desgaste público.

Não entendemos uma coisa: numa região tão importante como a região do Jequitinhonha, a CODEVALE, uma estatal que nos últimos anos vem sendo sucateada, que não vem conseguindo cumprir o seu papel de promotora do desenvolvimento do vale do Jequitinhonha, tenha o nome de um dirigente seu indicado e aprovado sem um processo de reflexão, sem um processo de discussão. Não podemos permitir isso. Diga-se de passagem, é de estranhar que as lideranças do vale do Jequitinhonha, onde o PT tem uma presença significativa em Prefeituras como a de Araçuaí, não tenham sido consultadas nem tenha sido discutida com o Governo a indicação do nome para a CODEVALE. Entendemos que o

processo está errado.

Quero, de público, fazer uma denúncia: não sei se todos se lembram, mas a CODEVALE foi o órgão que teve, no início do Governo Itamar, o Presidente que ficou menor tempo - o empresário Adson Marinho, de Contagem. Foi nomeado pelo Governador Itamar Franco para a Presidência da CODEVALE e ficou 48 horas no cargo. Quarenta e oito horas depois, o Vice-Governador fez pressão para que Adson Marinho fosse retirado do órgão, quando no momento não se discutia nem a aprovação pela Assembléia, por ser Adson Marinho um empresário sério, ético, de Cachoeira de Pajeú, que conhece como ninguém o vale do Jequitinhonha. Não entendemos por que o Vice-Governador teve uma postura contrária à presença de Adson Marinho.

Será porque o Adson iria realmente levantar a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha? Será porque o Adson iria realmente ter uma postura ética, não permitindo nenhum tipo de aquecimento e de mau uso da coisa pública? Então, queremos denunciar que o Governo não encaminhou o nome original para esta Casa, que era do empresário Adson Marinho, mas outro nome sobre o qual pesam tantas suspeitas conforme já foram levantadas no Plenário da Casa.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos vivendo um final melancólico de sessão legislativa. Estamos vendo um Governo que começa a colher os seus desacerdos, estamos vendo um Governo que viveu este ano de "factóides" em "factóides", sobrevivendo dessa maneira. Hoje, podemos tranquilamente ver que antes eram alguns focos de incêndio; agora, na verdade, Roma pega fogo.

Enquanto Roma pega fogo, o Governador está distante de tudo e de todos buscando a todo o momento aproveitar os acontecimentos e sair de maneira a estar sempre ganhando e lucrando. Não é ele o pai de nenhuma dessas crianças. Na verdade, o Governador é tido como alguém que é austero e que está retirando as pessoas que não agem bem na administração. E não vou ficar listando porque o próprio Deputado Durval Ângelo, da base do Governo, já apresentou a lista do incêndio que há nesse Governo.

Achávamos que eram focos isolados, mas agora estamos vendo o que está ocorrendo nesse Governo. Vemos como a todo o momento, vindo às vezes de Juiz de Fora, ou vindo de Paris, ou de Fumas ou de outros locais, aparece o Governador Itamar Franco que em momento algum se envolve com nada. A culpa é dos Deputados, da Assembléia Legislativa e da base do Governo. E o Governo é muito firme, exonerando imediatamente quem age errado. Mas sabemos que não há como ficar indefinidamente como o Governador quer ficar, distante de tudo.

Os problemas estão aí. Estamos há duas semanas tentando votar o parecer de uma Comissão sobre indicação do Governador do Estado. Ou não é o Governador do Estado que indicou? E vemos a base do Governo Itamar Franco obstruir, impedir a votação, a todo o momento, do nome indicado pelo Governador do Estado. Como vamos conviver com essa situação e achar que o Governador está fora de tudo isso? Ora, a indicação é dele, a base é dele e vemos essa própria base obstruir e impedir que se vote no Plenário da Assembléia uma indicação do Governador.

Ao mesmo tempo, vemos a base do Governador mencionar as pessoas e os dirigentes de companhias e órgãos que já foram exonerados pelo Governador. Mas foram indicados também pelo Governador do Estado. Até quando o Governador Itamar Franco vai ficar distante enquanto Roma pega fogo? Não são focos isolados; os problemas estão aí; e são muitos. Como a Assembléia Legislativa vai votar no orçamento enviado uma verba de suplementação de 10% ou 8%, o que equivale a R\$5.000.000.000,00 de cheque em branco, assinado pelos Deputados da Assembléia Legislativa, que representam o povo de Minas Gerais.

Os problemas estão colocados, as dificuldades estão colocadas, e ficamos um ano vivendo dos fatos de um Governador que disse que a Assembléia Legislativa já não distribui subvenção, que ele não permitirá. Que bom que a Assembléia já não tenha de se preocupar com isso! Que bom que já não temos de nos preocupar com isso. Mas, por outro lado, a Loteria Mineira distribui subvenção, a Secretaria da Educação distribui subvenção. E qual é o critério? Está claro para a população? O critério está claro para os Conselhos? Os Conselhos estão acompanhando a distribuição da subvenção social pela Loteria Mineira?

Já não dá para esconder a verdade sobre esse Governo. É um Governo desencontrado. O Governador, a todo o momento, está fora: "Não, ele não estava sabendo". "Ah, não, ele não sabia que a direção dessa autarquia estava pagando o 14º salário." "Ah, não, o Governador indicou, mas não sabia dos problemas da ADEMG." Como vamos conviver com isso? A Assembléia Legislativa tem de tomar uma posição. A Assembléia Legislativa tem de assumir a sua posição perante o Estado.

Não há como conviver com o Governador imaginando se vai sancionar a "CPMF da segurança". Aliás, o Governador tornou-se um especialista em CPMF. Sonhou a CPMF da saúde, que permanece até hoje, e, agora, em Minas Gerais, pretende criar a "CPMF da segurança". Como só se fala na "CPMF da segurança", acabaremos nos esquecendo de que, das 129, permaneceram 109 taxas, que deverão passar. Se se vetar a "CPMF da segurança", passarão as outras 109.

Sobrevive esse Governo de toda essa encenação. Há um cenário montado para um Governador que pretende ficar fora das dificuldades e que, em todo o momento, coloca a base desse seu Governo na Assembléia Legislativa fragilizada. Coloca os Deputados numa situação delicada, porque fica distante. Quer colher todos os ganhos, mesmo que a Assembléia Legislativa perca. Quer auferir essas vantagens, esses ganhos políticos para a sua imagem.

Já não dá para esconder. Já não dá para dizer que não temos um incêndio. Roma está pegando fogo, e o Governador ou está em Juiz de Fora, ou está em Paris, ou está em Fumas, ou está discutindo a moratória, ou está discutindo se permanecerá ou não no PMDB, ou está discutindo outra questão, mas nunca o que interessa à população de Minas Gerais.

Vejam a situação que estamos vivendo: um orçamento tímido, distante das necessidades do povo de Minas Gerais; um orçamento distante do social, que não privilegia o social. E ainda passa pela Assembléia Legislativa com a pretensão de dar ao Governador R\$5.000.000.000,00 em cheques em branco.

Será que a Assembléia Legislativa continuará a se omitir? Não exigirá desse Governador uma postura, que desça de onde está? Não sei onde está, se na discussão da subvenção, que não existe há mais de um ano. Ficar ainda nessa retórica? Esperamos que esse Governador desça. Esperamos também que a Assembléia Legislativa desça e não fique confundida com esse discurso que não ajuda o povo de Minas Gerais.

Os problemas estão aí: há duas semanas a indicação desse senhor aí se encontra, já apreciada por uma comissão da Assembléia, e a própria base do Governo impede a votação. Essas indicações que a Assembléia tem votado não estão dando certo, e vejo que o Presidente será rápido para apertar essa campanha. Espero que todos nós nos compenetrems dos problemas que estamos vivendo. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, visitantes, fico a imaginar como as coisas para o Vale do Jequitinhonha são difíceis. Desde 15 de setembro, tramita nesta Casa a indicação, para Diretor-Geral da CODEVALE, do nome de José Felipe Mota. Fico perplexo, pois algo existe de errado na conduta de todos os governantes, seja na área federal, seja na área estadual, com relação a esse órgão, que, lamentavelmente, perdeu, ao longo do tempo, a sua expressão, a sua contribuição para melhorar a qualidade de vida do povo do Jequitinhonha. Três cargos são indicados, há demora na análise desta Casa, e nomes são colocados, inclusive, sob suspeição. O resultado disso tudo é que o povo do Vale do Jequitinhonha, mais uma vez, é desrespeitado.

Hoje, nos principais jornais do País, vimos uma propaganda do Governo Federal chamada Avança, Brasil. Mas, quando chegamos ao Nordeste de Minas, não vemos nenhuma ação para o Vale do Jequitinhonha. Já cobramos e insistimos em que se inicie logo a usina de Irapé. Fomos informados de que, em setembro, seria iniciada a construção da usina, o que não aconteceu. Existia um grande programa de irrigação para o Vale do Jequitinhonha, que ficou no papel, está apenas em negociações, sem nada de concreto. Quanto à Rodovia 367, Almenara-Salto, há bastante tempo ficamos a cobrar a ligação asfáltica entre a BR-101 e a BR-116 para favorecer o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. A própria CODEVALE já foi dirigida por pessoas que não tinham nenhuma ligação com o Vale do Jequitinhonha.

Minha palavra é um apelo para que possamos resolver, com respeito, tudo aquilo que venha a beneficiar o Vale do Jequitinhonha. Minas Novas não tem, absolutamente, nenhuma questão política nessa indicação.

O grupo político ao qual pertenço me autorizou a dizer que ficará muito orgulhoso em ver um filho de Minas Novas dirigindo a CODEVALE e possibilitando a colaboração com o Governo do Estado para que aconteçam políticas públicas que venham a melhorar a qualidade de vida do povo do Jequitinhonha. É necessário que se esclareça esse fato, que foi levantado aqui e, até mesmo, na CODEVALE, com denúncias sobre esse cidadão.

O meu apelo é que, neste final de legislatura, tenhamos a consciência tranqüila para proferir esse voto, seguindo o princípio cristão da justiça. É o que todos nós devemos fazer. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, não vim aqui para nos estender, queremos apenas externar a nossa preocupação com a falta de sintonia que parece estar havendo na base de apoio do Governo. Alguns setores lutam pela aprovação do requerimento, e outros querem a aprovação do nome nesta sessão. Isso nos preocupa, porque, mesmo sendo da Oposição, somos de uma oposição consciente. É a Oposição consciente que quer ver o Governo tomar decisões. E como o Governo pode tomar alguma decisão se entre os seus aliados não há sintonia? Essa é a preocupação que queremos externar, pois costumam atribuir à Oposição a dificuldade de aprovação de matéria nesta Casa. Nunca a Oposição, nesta Casa, quis contribuir tanto quanto queremos contribuir hoje; nunca a Oposição, nesta Casa, quis assimilar e, ao mesmo tempo, aprimorar mensagens governamentais como queremos fazer hoje. Em nenhum momento tivemos o objetivo de obstruir.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que vim a tribuna dizer a todos da base do Governo que o que está nos preocupando não é a nomeação deste ou daquele cidadão; o que estamos registrando, de público, é que está faltando alguém no Palácio da Liberdade ou na assessoria do Governo que possa sintetizar o pensamento de seus aliados e permitir que a orquestra possa ter sintonia. Do jeito que as coisas estão, temos certeza de que o próprio Governo cria problemas para si mesmo. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentamos à Casa um projeto que foi fruto de uma ampla discussão por parte da sociedade civil do Estado de Minas Gerais. É um projeto extremamente simples, que dará uma grande oportunidade ao povo para denunciar as agressões cometidas contra o meio ambiente, a fauna e a flora de Minas Gerais.

A princípio, em contatos feitos com os Deputados, sentimos uma grande vontade dos parlamentares em nos ajudar no encaminhamento, na votação e na aprovação desse projeto. Entretanto, notamos que nas últimas horas está acontecendo uma reviravolta no processo, pois estamos percebendo que, por parte do Governo, existe a ordem de que seja derrotado esse projeto, que proporcionará a qualquer cidadão comum a possibilidade de denunciar as agressões contra o meio ambiente.

Estamos vendo uma série de agressões aos nossos rios, a destruição das matas ciliares e das nascentes. Estamos vendo um processo em que o pequeno agricultor e as pessoas mal-intencionadas colocam fogo nas matas e destroem os cerrados. Esse projeto dá oportunidade para que a pessoa tenha acesso a um telefone, o "telefone-verde", que existe nos Estados do Sul do País, a fim de que a pessoa entre em contato com a Secretaria do Meio Ambiente e denuncie de forma clara, transparente e tranqüila, dando, acima de tudo, a oportunidade de participar, de dizer "não" ao que está acontecendo com o nosso meio ambiente.

Pedimos aos companheiros Deputados que nos ajudem nessa aprovação, que não irá atrapalhar em nada o processo administrativo do Governo Itamar Franco. Aliás, a Secretaria de Meio Ambiente está entregue ao Deputado Federal Tilden Santiago, homem sério, com o qual já tive a oportunidade de conversar. Muitas vezes, ele falou sobre a impossibilidade de tomar uma atitude, de tomar uma providência, porque não tem como monitorar todo o Estado de Minas Gerais, quanto a esse processo de degradação. O "telefone-verde" está sendo encaminhado. Já conversei com os Deputados da Bancada do PT, mostrando-lhes a necessidade e solicitando-lhes o apoio ao projeto. Quase todos garantiram-me que não haveria nenhum problema e que o projeto passaria tranqüilamente na Casa. Conversei também com os Deputados do PDT, na pessoa do Deputado João Batista de Oliveira, Presidente da Comissão de Agropecuária.

O Deputado João Batista também já teve a oportunidade de caminhar pelo Norte de Minas, o Noroeste e o Leste e viu de perto o que estava acontecendo. Só na região Norte são 680 córregos que secaram, porque foi destruído o habitat natural. Destruíram as matas ciliares, as matas marginais, e os rios secaram.

Peço aos demais companheiros que, aproveitando esse espírito que estamos vivendo neste momento importante, quando a Assembléia Legislativa muitas vezes toma atitudes que a população não entende, votando projetos de última hora, encaminhados no afogadilho, às pressas, na calada da noite, somos obrigados a engolir projetos como das taxas, da "narcotaxa", e agora estamos propondo única oportunidade, verdadeira, em defesa do nosso meio ambiente, dos nossos rios.

O Norte de Minas está se transformando num verdadeiro deserto: são mais de 2.000.000ha de reflorestamento. Já se foram os cerrados, as matas virgens. A nossa mata atlântica, na divisa Leste de Minas Gerais, praticamente não existe mais. São apenas 3% da mata original de 20 anos atrás.

Esse projeto vai dar condição ao cidadão de denunciar às Câmaras Municipais, às Prefeituras, ter uma linha direta com a Secretaria de Meio Ambiente. Temos de sair do discurso, da retórica, quando falamos sobre o meio ambiente e sobre a defesa do nosso patrimônio ecológico, e partir para uma ação de fato, uma ação verdadeira.

Peço ao PPS, que nos dê essa oportunidade, senão vamos terminar o ano com uma Assembléia Legislativa que aprovou uma "narcotaxa" e mais 139 taxas contra o povo deste Estado e, no entanto, por questões políticas inconfessáveis, derrota um projeto de tamanha envergadura.

Queremos instituir o "telefone-verde". Já existe o disque-denúncia de corrupção. As Câmaras Municipais estão copiando esse bom exemplo da Assembléia Legislativa. Porque não instituir o disque-denúncia em defesa do meio ambiente?

Fica aí o meu apelo às bancadas da Oposição, no sentido de mostrar a importância desse projeto. Gostaríamos de ouvir os companheiros não só da Oposição, mas de outros partidos e mostrar ao Governo que as coisas simples e as boas idéias desta Casa têm que ser respeitadas. Há pouco o Secretário de Administração, Sávio Souza Cruz, declarou de público que os projetos da Casa não têm valor. Ora, se não temos uma oportunidade de demonstrar o nosso valor, de fazer vingar um trabalho sério, que foi amplamente discutido nas comissões, temos que mostrar ao Secretário a importância de resguardar o Poder Legislativo, uma das poucas prerrogativas do Deputado, que é fazer leis. Não podemos fazer leis que incidam sobre o aumento de despesas para o Governo do Estado. Não podemos fazer leis que aumentem o salário dos funcionários públicos. Não podemos fazer leis que obriguem o Governador a pagar o 13º salário de 1998 e 1999. Então, já temos uma limitação na nossa atuação. E agora que temos essa oportunidade devemos demonstrar a importância do Poder Legislativo encampando essa idéia, assumindo essa boa idéia, da mesma forma que assumimos outras grandes idéias. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, recentemente, apresentou projetos importantes, aos quais demos respaldo.

Esta Casa, Deputado Doutor Viana, tem a obrigação de demonstrar que é independente, tem de mostrar que é preciso preservar a nossa prerrogativa. Peço aos companheiros do PSDB, do PFL, do PSN, do PDT, do PPS, do PT, do PMDB, do PPB que defendamos com garra uma das poucas prerrogativas do Poder Legislativo, que é fazer as suas leis. Se o Governo não estiver satisfeito, se não concordar, que oponha veto ao projeto, que assumo o veto ao projeto, que assumo a sua responsabilidade, e não determine, de forma indireta e vergonhosa, que a sua bancada de sustentação vote uma boa idéia dessa natureza.

Fica aqui a nossa contribuição neste final de ano, para que preservemos, de fato e de direito, o nosso meio ambiente, a nossa ecologia, a nossa flora e a nossa fauna. E se o Governador não concordar, que oponha o seu veto, e estaremos discutindo esse veto.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando o nosso trabalho no dia de hoje para ver se terminamos, mas aparece um fato novo. Parece que a base do Governo recebeu a recomendação de não aprovar esse projeto do disque-denúncia de depredações do meio ambiente. Já estava, mais ou menos, acordado - quando fizemos aquelas reuniões de pauta mínima - que o projeto não teria óbice nenhum da base do Governo. Mas, surpreendentemente, neste momento, vem a ordem do Governo de que o projeto seja rejeitado. É hora de esse Poder se valorizar, porque já aconteceram as reuniões nas Comissões de Justiça e de Meio Ambiente, e o projeto não recebeu óbice nenhum. É hora de

mostrar a nossa independência, de forma suprapartidária. Aqui não há partido do Governo, não há partido contra o Governo nessas questões gerais, porque a ecologia, de que tanto se fala neste fim de século e início de milênio, tem merecido da grande imprensa toda a consideração. Nesta Casa Legislativa, já se condensou toda a legislação sobre meio ambiente, tamanha a importância do tema.

A ecologia é o estudo da nossa casa neste mundo. É o ser humano inserido neste mundo, junto com os outros, vivendo à custa dos reinos vegetal e animal. E, neste momento, queremos colocar a nossa posição como PSDB, não só o partido, mas, sobretudo, queremos convocar os companheiros parlamentares para, de uma vez por todas, mostrarmos ao Governo, àqueles que mandam recado para cá, dizendo que não pode ser aprovado o projeto. Isso não existe. O Poder Legislativo é independente, analisa com critério. Afinal de contas, temos assessoria técnica diversificada nos múltiplos assuntos que aqui são tratados. Não houve nenhum óbice a esse projeto de lei, mas, de repente, o Governo vem com essa desculpa de que é difícil demais disciplinar as denúncias, de que haverá muitas denúncias vazias. Não. Temos a certeza de que não. Por exemplo, quanto à Polícia Florestal, que é do ramo, o Governo pode, sem despesa alguma, aperfeiçoar as suas ações para que cuide do meio ambiente, selecione as denúncias vazias.

Não podemos compreender essa forma de o Governo sempre interferir no Poder Legislativo. Temos condições de fazer a cultura do meio ambiente através de um ensino continuado, da televisão, do rádio, da atuação das ONGs, dos setores do Governo que cuidam do meio ambiente. Então, esse tipo de coisa não se justifica. Esse tema tem merecido a maior atenção e tem servido de paradigma para que os municípios possam fazer suas leis municipais.

Queremos, de forma sucinta, apenas apresentar o nosso protesto e dizer que este Poder é independente, não podemos ficar tratando as coisas de forma submissa em relação ao Governo. Ele não quer isso, ele não quer aquilo. Chega disso. Vamos parar com isso. Precisamos cumprir o nosso papel de legislador, de fiscal dos outros Poderes, fiscalizar a aplicação, o comportamento dos outros Poderes, o nosso próprio Poder, mas trabalhando independentemente.

Então, queremos, em nome do PSDB, encaminhar favoravelmente ao projeto do disque denúncia. Se essa lei for regulamentada, o Governador poderá sancioná-la, podendo e devendo regulamentá-la de acordo com sua visão, mas sem jamais fugir do tema. Isso sem gerar maiores despesas, responsabilizando e dando funções àqueles órgãos que já são do setor, fazendo cumprir, dessa forma, os anseios da população. Esta Casa, quando faz uma lei, está atendendo aos clamores da sociedade. Nenhuma lei aqui é tratada de forma aleatória, apenas para atender à vontade de um Deputado ou de um grupo. A lei aqui é feita a partir da reclamação ou da solicitação de grande parte da sociedade. Depois de passar por todo o crivo das comissões temáticas, etc., está pronta para ser aprovada neste Plenário.

Solicitamos a todos os partidos apoio, para que possa ser aprovada, sancionada, e o Governador, ao seu bel-prazer, com sua visão, possa regulamentá-la. Encaminhamos favoravelmente ao projeto de lei do ilustre Deputado Carlos Pimenta, a quem gostaríamos de cumprimentar neste momento. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria deixar aqui um registro com relação a esse projeto: o Governo o encaminhou, ele passou pela Comissão de Constituição e Justiça, e lá identificamos que simplesmente o Sr. Henrique Hargreaves estava tirando a Assembléia Legislativa do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Portanto, é um registro que acho importante, simplesmente para dizer como o Executivo trata o Legislativo. Parece que cada dia mais o Poder Executivo quer desconsiderar o poder desta Casa. Apresentamos uma emenda que fez voltar o lugar à Assembléia Legislativa. Nada mais justo do que esta Casa estar presente em um conselho de tamanha importância. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini\* - Nós, Deputados, temos de estar muito atentos para essa prática do Poder Executivo. Em cada projeto de lei que o Executivo envia a esta Casa ele quer mais poder, retirando cada vez mais o poder da Assembléia Legislativa.

Amanhã estaremos votando a questão do orçamento. É o momento em que esta Casa poderá se pronunciar. Poderá dizer que vai querer continuar de joelhos diante do Executivo ou se vai tratar de igual para igual o Executivo. Quando votarmos o orçamento amanhã, poderemos estar dando uma carta branca para o Governador ou poderemos estar exigindo que este Poder cumpra seu dever constitucional de fiscalizar o Executivo e de definir o que o Executivo tem de fazer.

Chamo a atenção dos nobres pares desta Casa para o fato de que o Poder Legislativo, quer o Congresso Nacional, quer os Legislativos Estaduais, está sendo, cada vez mais, reduzido nas suas competências. Ou começamos a amar o Poder Legislativo porque amamos a democracia ou começamos a reduzi-lo e a fazer o jogo do Poder Executivo, que cada vez mais quer concentrar o poder.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos aqui também, em nome do PSDB, reafirmar que este Poder não pode ficar de joelhos perante a Casa Civil do Governador Itamar Franco. Ele fez toda a manobra para colocar um elemento da Casa Civil e retirar o Deputado. Na emenda estamos recolocando o nosso representante. Não queremos aqui estabelecer Casa Civil X Poder Legislativo. Mas isso está ocorrendo de forma clara, em que pese à posição do ilustre Líder do Governo nesta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho. Sei que V. Exa. vai fazer a defesa, mas precisamos fazer com que o Poder Legislativo faça a cultura da fiscalização dos outros Poderes, proceda à confecção das leis e diminua, cada vez mais, a força do Governador nesta Casa. Aqui, 90% das leis do Governador são aprovadas sob forma de pressão, porque o Governo quer, porque o Líder quer. Às vezes as leis não são tão boas assim. O que está ocorrendo é que o Poder Legislativo está se tornando tímido, débil, cada vez mais fraco, porque suas leis não são consideradas nem mesmo pelo Secretário de Administração, que é nosso colega e está acabando com o Poder Legislativo nas suas declarações informais. Ainda não temos a certeza se são declarações verdadeiras, mas foram informadas daquela maneira. Até um Secretário, Deputado Estadual, tem a coragem de atirar pedras contra seus próprios colegas, porque a cultura que se faz aqui é a do Poder Executivo fazer as leis. Noventa por cento das leis do Governo que são sancionadas são regulamentadas. Das nossas, só de 5% a 10% são regulamentadas. Temos de acabar com essa imposição do poder autocrático. Não é apenas do atual Governador, os outros também eram assim. Precisamos criar vergonha e fazer com que este Poder tenha a sua dimensão no lugar certo, para representar bem o povo de Minas Gerais.

O Deputado Alberto Pinto Coelho\* - Escutei atentamente as palavras do ilustre Líder do PSDB, Deputado Hely Tarquínio. A exemplo do que ocorreu por ocasião da discussão desse projeto em 1º turno, tive oportunidade de, neste Plenário, esclarecer que, na ocasião da remessa do projeto, o Governo reconheceu que, ao sugerir a inclusão de mais um membro no Conselho, deveria permanecer o representante deste Poder nesse Conselho. O próprio Governo reconheceu o equívoco e solicitou que fosse feita a correção.

É importante que eu frise isso novamente, para que fique claro para este Poder que o Poder Executivo, reconhecendo esse equívoco de princípio, acordou, concordou e orientou a Bancada governista para que mantivesse no Conselho da Criança e do Adolescente um representante do Poder Legislativo. Mas vejo nas palavras do Líder do PSDB o prenúncio de uma posição antecipada da Oposição, querendo já fazer prévia da sua colocação com relação às questões do orçamento que serão apreciadas neste Plenário.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Também queremos encaminhar o projeto, que se encontra em 2º turno. Na votação desse projeto de lei, a Casa tem a obrigação - não é dever - de restaurar o seu poder, ou seja, a oportunidade de opinar diante de matéria de tamanha importância. O projeto veio com a recomendação de substituir um membro da Casa por um técnico indicado pela Casa Civil. Diante dessa situação, já temos dados suficientes para mostrar o pouco caso que se faz com o Poder Legislativo. É impressionante. E o pior é que a reação dos Deputados é tímida. Estamos sendo massacrados por um rolo compressor.

A Casa Civil está fazendo o policiamento direto dos Deputados. Já não basta apenas a transmissão ao vivo pela TV Assembléia, porque o Governo mantém na Casa pessoas ligadas ao Secretário para anotar o comportamento individual de cada Deputado. É um absurdo! Isso está parecendo um jardim de infância. Estamos tendo as nossas ações monitoradas e anotadas, ou seja, estão observando a favor ou contra quem o Deputado está votando.

Agora, pela primeira vez, também, surge a oportunidade de restaurarmos o direito da Casa de opinar numa matéria de tamanha importância. O projeto de disque-denúncia de degradação do meio ambiente, que foi retirado de pauta por meio de um requerimento de nossa autoria, sofreu interferência do Governo. Inclusive, estou sabendo que há uma nota técnica da Secretaria de Meio Ambiente recomendando que não se aprove esse projeto. Recuso-me até mesmo a acreditar nisso, porque o Deputado Federal Tilden Santiago é um

ambientalista e um homem sério. Queremos ter uma conversa com S. Exa. para trocar algumas idéias. Assim, de antemão, recuso-me a acreditar nessa nota técnica da Secretaria de Meio Ambiente.

Mas é importante que a Casa tome decisões sérias, que venham valorizar o Poder Legislativo e venham ao encontro das aspirações do nosso povo. Não podemos deixar que a Casa e o povo do Estado sejam massacrados. A emenda está sendo apresentada e está destacada. Espero que os Deputados tenham consciência da importância de se votar essa emenda e de dar novamente oportunidade para que um membro da Casa, do PT, participe e leve as opiniões e impressões da Casa. Aqui, só 1 governante erra; mas são 77 Deputados que têm como errar, mas também como corrigir os erros dos companheiros e influenciar na decisão deles. Muito obrigado.

O Deputado João Leite\* - O Projeto de Lei nº 586/99 nos dá oportunidade de novamente ter aqui a declaração de que o Governador não sabia que estava sendo retirado membro da Assembléia Legislativa e dando mais poder à Secretaria da Casa Civil. Essa supersecretaria, que é também a Secretaria de Turismo e a Secretaria dos Conselhos, cuida de tudo, incluindo a Assembléia Legislativa. Monitora cada voto, cada passo dos Deputados e das Deputadas desta Assembléia.

Há pouco, fomos lembrados de que votaremos o orçamento, que prevê suplementação de aproximadamente, R\$5.000.000.000,00. O Deputado Miguel Martini corrige: são R\$8.000.000.000,00 e vários contratos colocados por esse Governo. A Assembléia Legislativa vai dar um cheque de R\$8.000.000.000,00 em branco para o Governo resolver, no próximo ano, todas as questões. Como vamos nos calar diante de mais uma manobra?

Depois, ouvimos o discurso de que o Governador não sabia de 130 taxas, porque só se fala de uma: a "CPMF da segurança". Só essa é lembrada, mas existem mais 108 taxas esquecidas pela população. Sem dúvida, no próximo ano, nós nos lembraremos delas.

Juntem-se a isso os 65% da CEMIG e, agora, o aumento do IPTU, para o caso dos moradores de Belo Horizonte. Portanto, para a população de Belo Horizonte, infelizmente, é um quadro de muita tristeza.

Mas o Projeto de Lei nº 586/99 é um exemplo claro do que a Assembléia Legislativa está vivendo. Ela se dobra, se curva diante do Poder Executivo, representado por essa Secretaria da Casa Civil, que, outro dia, encampou, tomou conta dos espaços turísticos de Belo Horizonte. É ela que dará o tom. Essa supersecretaria queria também tomar conta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. E, de quebra, ainda chuta para fora a representação da Assembléia Legislativa.

Penso que este final de ano é o momento ideal para a Assembléia Legislativa rever sua posição de, a todo o momento, assinar em branco cheques para o Poder Executivo. Temos que ter a altivez de dizer "não" a essa suplementação absurda.

Não vejo dificuldades, porque foi assim, durante este ano, na Assembléia Legislativa, em relação às mensagens enviadas pelo Governador: a Oposição, considerando que era de interesse dos servidores, da população de Minas Gerais, votou favoravelmente. Foi o que aconteceu quanto à dívida que o Estado vendeu e a outros projetos que consideramos que dariam mais caixa para o Governo.

Agora, assinar um cheque em branco de R\$8.000.000.000,00 é irresponsabilidade. Não dá para o Plenário da Assembléia aprovar algo dessa maneira. Espero que a Liderança do Governo na Casa possa dar condição a este Plenário de votar contrariamente a uma proposta como essa.

Precisa de suplementação? Volte à Assembléia Legislativa. Não vejo dificuldade em os Deputados considerarem as necessidades do Governo e suplementarem. Mas não é possível dar um cheque em branco. Estaremos votando, também, o Instituto da Terra, que era uma prioridade do Governo, porém esse "projeto-preguiça" demorou um ano para chegar à Assembléia. Infelizmente, vimos, neste ano, o ex-Deputado Marcos Helênio lutando, tentando salvar as aparências deste Governo, numa prioridade que sequer foi por ele mencionada. Agora, teremos que votar esse Instituto no apagar das luzes, com a assessoria correndo para nos dar condição de fazê-lo. Considero a votação desse projeto uma prioridade para esta Assembléia, e não para o Governo, que o envia para votação, em 2º turno, a 21 de dezembro. Queremos denunciar essa prática do Governo de assumir todas as coisas, deixando de fora a Assembléia Legislativa. Espero que a Assembléia não aceite essa imposição do Poder Executivo.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Queremos encaminhar favoravelmente ao Projeto de Lei nº 586/99, reafirmando que ele veio, em seu original, suprimir a participação deste Legislativo. Mas, na Comissão de Constituição e Justiça, foi discutido com todos os partidos, quando houve um consenso relativamente à necessidade da participação do Legislativo. Também o Líder de Governo, Alberto Pinto Coelho, demonstrou todo o seu apoio, rediscutindo a posição do Governo. Esta Casa, além de participar dos conselhos, tem o papel importante de acompanhar as políticas públicas. Queremos reafirmar a necessidade de conjugar os horários dos conselhos para a participação efetiva dos parlamentares. Na terça, na quarta e na quinta-feira, sobretudo na quarta, que é um dia de suma importância para votações, não podemos estar participando dos conselhos. Houve essa abertura do Governo Estadual para acatar a reivindicação desta Casa.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar favoravelmente à aprovação desse projeto, já que estávamos ansiosos por que chegasse a esta Assembléia, pois estamos há um ano aguardando que isso ocorra.

Acompanhamos, durante a campanha eleitoral, a bandeira deste Governo sobre a reforma agrária no Estado de Minas Gerais. Este Governo faria uma revolução no campo, mas, na verdade, ocorreram apenas algumas tímidas ações em relação à reforma agrária. Deixaram o ex-Deputado Marcos Helênio um ano sem estrutura para efetivar o acompanhamento da reforma agrária no Estado de Minas Gerais. Da Comissão de Direitos Humanos, acompanhamos a luta do ex-Deputado Marcos Helênio. Que tristeza, a verdade deste Governo! Ele foi totalmente omissivo em relação à reforma agrária. Foi um Governo totalmente ausente em relação à reforma agrária. Foi um Governo que nem sequer dispunha de meios de locomoção para atender as pessoas envolvidas na reforma. Foi um Governo que sequer criou uma estrutura para que o ex-Deputado Marcos Helênio pudesse trabalhar. Durante um ano, este Governo desrespeitou o ex-Deputado Marcos Helênio e as pessoas que com ele foram trabalhar, que estiveram ali, que trabalharam abnegadamente, sem nenhum recurso, e não foram reconhecidas. E agora este Governo demonstra, no dia 21/12/99, qual é a sua prioridade na reforma agrária. Um ano de atraso. Quero saber, e estaremos acompanhando aqui na Assembléia, qual estrutura vai ser dada para esse instituto, se a reforma agrária será realmente uma bandeira deste Governo, que se diz um governo de esquerda, um governo progressista. Em um ano, ele sequer tratou da reforma agrária, uma das reformas mais importantes que devem ocorrer no Estado de Minas Gerais. Aproximadamente 50% das terras deste Estado são públicas, e este Governo demora um ano para enviar essa proposta à Assembléia Legislativa. Acompanhamos alguns Deputados, com o Deputado João Batista de Oliveira, fazendo apelos ao Palácio para que o Governador enviasse o projeto, porque os Deputados, tanto os da Situação quanto os da Oposição, queriam votar. Apesar desses apelos, esse projeto ainda chegou aqui no apagar das luzes. Já não dá para esconder a realidade deste Governo, um Governo que cria taxa para vigilância, taxa para acompanhamento de banco de leite materno, taxa para banco de sangue, taxa para hemodialise, indiscriminadamente, para hospital pobre e para hospital rico. A realidade deste Governo neoliberal tem de ser denunciada em Plenário. Ele vem taxar a saúde do povo, vem taxar a segurança do povo. Este Governo fica falando, a todo o momento, em desemprego, mas desconheceu essa força de criação de emprego. Votarei em respeito ao povo sem terra no Estado de Minas Gerais. Votarei, mas lamento não ter aqui os movimentos sociais, a FETAEMG, para discutirmos melhor o projeto. Precisamos discutir com aquelas pessoas que estão acampadas há um ano na beira das estradas, a quem o Governo desconheceu.

Votarei sob protesto, porque este Governo desconheceu uma prioridade que pregou durante a campanha, pois a realidade foi outra.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau\* - Gostaria de fazer coro com as pessoas que já se pronunciaram. Trago duas informações. A primeira é com relação à luta do ex-Deputado Marcos Helênio, da Comissão de Agropecuária, referente ao projeto, que, lamentavelmente, só chegou aqui no final da semana passada. Portanto, estamos em uma "correria louca" para que o projeto seja aprovado. Essa atitude é absolutamente antidemocrática, porque o projeto envolve a reforma agrária, que é importante para o País. Veio a esta Casa para ser votado sem discussão com a sociedade. Esse Governo é democrata ou ditador? Todas as ações que vêm do Executivo são ditatoriais. Portanto, o povo votou no Governo Itamar Franco e na democracia, mas estamos experimentando exatamente o contrário, ou seja, atitudes de caráter centralizador que não combinam com a verdade e com o que o povo de Minas quer.

Gostaria de, também, denunciar a demagogia e o populismo. Está aqui escrito "Instituto da Terra". A promessa de campanha do Sr. Governador Itamar Franco foi criar o Instituto da

Terra, mas não está sendo criado. É bom que a sociedade que está nos vendo pela TV Assembléia saiba disso. Está sendo criada uma superintendência ligada à de Planejamento do Estado. Portanto, não há nenhum instituto sendo criado. O Instituto da Terra foi tema e discurso de campanha. Agora, mais uma vez, estão querendo enganar o povo de Minas Gerais, com essa venda de ideologia, porque esse Governo só sabe fazer isso. Não temos nada contra esse projeto. Já conversamos com o ex-Deputado Marcos Helênio, que é uma pessoa séria, a quem respeitamos bastante, mas, infelizmente, como o Deputado João Leite disse, "o que estará por trás desse projeto?" Temos dúvida de que o Governo tenha a decisão política de apoiar as pessoas que realmente querem trabalhar a terra. Se vier com essa demagogia do Governo Federal, com relação à reforma agrária, não terá, também, um projeto consistente. O projeto do Governo Federal, simplesmente, é de distribuição de terras, mas terra é sacrifício, não é bônus. A terra simplesmente dada, sem apoio, é um ônus para o trabalhador, ou seja, é tapar o trabalhador, porque não há política agrária se não houver política agrícola. Os instrumentos de tecnologia, de crédito, de seguro, de mercado, de infraestrutura, de treinamento do produtor e dos trabalhadores que estarão envolvidos com esses pequenos produtores têm de ser fornecidos, senão estaremos, como tem feito o Governo Federal, jogando o dinheiro pelo ralo. Esses recursos poderiam estar sendo bem aplicados, se o projeto fosse sério. O Governo começa mal, fazendo propaganda enganosa, dizendo que criará o Instituto da Terra, mas está criando uma superintendência. Tudo indica que está no mesmo caminho do Governo Federal. Fico preocupado com isso. O Governo tem de trabalhar com seriedade. Lamentavelmente, não é isso que estamos vendo neste nosso País. Encerro dizendo que não temos restrições a esse projeto. Estaremos aqui presentes para a aprovação da superintendência. Não está sendo criado nenhum Instituto da Terra, que era a promessa do Governador Itamar Franco ao povo de Minas Gerais, durante a campanha eleitoral. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos fazer coro ao que disseram os Deputados Paulo Piau e João Leite. A sociedade está querendo saber quando os Sr. Itamar Franco vai começar a governar Minas Gerais. A sociedade está esperando que tome posse. Temos, aqui, um candidato à Presidência da República. Parece-me que não se sente bem com o título de Governador do Estado de Minas Gerais. Então, inventou o "road show" - é bonito falar isso - no Brasil e no exterior.

O Governador está preocupado em criar um escritório de representação em Paris, na França. E o povo esperava que resolvesse o problema de Umburatiba, no Vale do Jequitinhonha. Mas quer resolver o problema do escritório de representação em Paris.

Reforma agrária, não. Não fosse a pressão sistemática da base do Governo, esse projeto não teria entrado ainda neste ano. Foi preciso haver uma pressão violenta. E entra de que maneira? Um Governo que dá atenção, que tem prioridades, trata com prioridade. E o que estamos vendo? A reforma previdenciária, que precisa ser feita em Minas Gerais, até agora, nada. Fui a uma reunião e fiquei decepcionado, porque estava lá um grupo de técnicos discutindo como adequar a legislação mineira à nova legislação federal. Não ouvi uma palavra sobre como resolver os problemas da previdência do servidor público de Minas Gerais. No ano que vem, continua a discussão disso. Quando chegar o final do ano, já não vai dar tempo, e continuaremos sem resolver o problema.

A questão da reforma agrária está colocada. E o máximo que fazem é criar uma superintendência para resolver os problemas dos sem-terra e da ocupação de terras no Estado. Isso nos preocupa sobremaneira.

Fica a pergunta no ar: quando o Itamar Franco vai assumir o Governo de Minas Gerais? Tenho tido informações de que nem receber os Deputados da base governista ele recebe; nem receber os Deputados Federais ele recebe. Estou vendo isso por meio da imprensa. Ele não recebe ninguém. Qual é a sensibilidade que tem para ouvir? E o pior: manda essa quantidade imensa de taxas e põe um bode na sala. Todo o mundo só fala, então, da "narcotaxa". As pessoas se esquecem do "leasing", que é 18% a mais para carro novo e 12% a mais para carro usado; das microempresas, que estão sendo taxadas, sim, não estão da forma como estavam, mas continuam - três, quatro ou cinco itens - taxando-as. Então, vai aumentar, no bolso do povo, essa taxa cobrada.

E há esse absurdo do aumento indireto do IPVA, chamado CPMF. Vejam bem. Ouvi dizer que o Governador Itamar Franco vai ouvir a Oposição e vetar a "narcotaxa". Será ótimo. Não queremos que seja vetada somente a "narcotaxa"; queremos que tudo seja vetado. E esperamos que faça isso. Agora, a base governista não vai ficar satisfeita, porque teve um desgaste. Mas o Governador, que gosta de holofote, fica bonito para a sociedade, como a pessoa que vetou.

Amanhã estaremos votando o orçamento público. É a hora de o Poder Legislativo se firmar e dizer quem é. O Poder Legislativo tem autonomia, independência e vai dizer para o Governador o que vai gastar ou não. Se planejou mal, que mande o projeto a esta Casa, para ser avaliado, sabermos o que devemos aprovar ou não, com relação ao orçamento.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Quero, inicialmente, declarar meu voto favorável ao projeto, à exceção de algumas emendas apresentadas, por uma questão de foro íntimo. Mas gostaria de alertar, Sr. Presidente, para a estrutura desse novo órgão que está sendo criado; não apenas a física e funcional, mas também para a sua forma de trabalhar a questão da reforma agrária em Minas. Há cerca de dois ou três meses, estivemos em comissão no Projeto Jaíba, um projeto de assentamento, e lá constatamos inúmeras irregularidades. Havia irregularidades com relação ao pagamento de água e energia elétrica, o que está onerando bastante o Projeto. Além disso, os proprietários de pequenos lotes - que lhes foram doados - reivindicaram de nossa comissão a cesta básica. Mil trezentas e sessenta famílias do Projeto Jaíba, que receberam 5ha de terra, com água pressurizada na porta, metade plantada e com financiamento de toda a estrutura de irrigação durante 25 anos, estão, agora, reivindicando cesta básica. A questão da reforma agrária em Minas não é apenas de assentamento do produtor rural, tem-se que pensar no que fazer com essas pessoas assentadas.

Fica, portanto, o nosso alerta, que vem em boa hora, porque está presente aqui o nosso ilustre companheiro e amigo particular, Marcos Helênio, que tem sido um gigante no assunto e a única voz a chamar a atenção para o problema, lutando e esforçando-se para cumprir as promessas de palanque do Governo Itamar Franco. Faça esse alerta, ex-Deputado Marcos Helênio, para chamar a atenção para a forma de trabalhar desse instituto, pois, se mantivermos a mesma estrutura, com os mesmos vícios, estaremos trocando seis por meia dúzia e não resolveremos absolutamente nada. Peço a V. Exa. que, ao assumir esse instituto, faça com que ele tenha a mínima autonomia para trabalhar, a fim de fazermos novos assentamentos e mantermos os que já fizemos.

Talvez os mais importantes exemplos de assentamento estejam nos programas para a terra, que V. Exa. conhece bem e que foram implantados em Manga, no Noroeste de Minas e em vários lugares. Esse é um exemplo a ser seguido, pois, até então, não se fez nenhum avanço com relação ao problema da reforma agrária em Minas Gerais.

Votarei favoravelmente ao projeto, mas contrariamente às propostas de continuidade do processo viciado e falido existente. Esse instituto deve ter novas mentalidade e força, além de autonomia, para poder dar uma resposta à sociedade, colocando as pessoas na terra e dando-lhes condições de trabalhá-la com a mínima dignidade. Muito obrigado.

O Deputado Mauro Lobo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto, como outros, é da temporada de verão, ou seja, são aqueles projetos que vêm a toque de caixa, sem que a Casa possa discuti-los amplamente com a sociedade. Isso é lamentável, pois um projeto que se propõe a ser não apenas de reforma agrária, mas de definição de política agrária do Estado, necessitaria de uma ampla discussão com todas as partes interessadas. Entendemos a sua importância para Minas Gerais e para tantas pessoas que buscam a oportunidade de trabalhar seu pedaço de terra.

No entanto, antes de pensarmos em um processo de reforma agrária, na distribuição de terras, é preciso haver clara definição de política agrária, ou seja, quem terá direito, quanto custará, que apoio e acompanhamento serão dados pelo Governo aos assentados.

O nosso colega Marcos Helênio, sem dúvida, é o grande fiador desse projeto. Confiamos no seu trabalho, que pode ser um exemplo para o País. Isso dependerá da forma como será levado esse projeto. É importante notar que a Oposição desta Casa - quando um projeto tem qualidades, mesmo com as deficiências apontadas, como a pressa e a falta de discussão - está sempre pronta a ouvir as ponderações, aprofundar os estudos e votar favoravelmente ao projeto. É isso que estamos fazendo hoje.

Gostariamos também, dentro de algum tempo, de receber informações, relatórios sobre o andamento desse processo em Minas. Sabemos que já existem exemplos bem-sucedidos. Temos informações recentes sobre um processo que está sendo bem encaminhado no Estado de São Paulo, no Pontal de Paranapanema, onde existiam vários problemas decorrentes da posse de terras. Esses exemplos de sucessos podem ser analisados, absorvidos, trazendo contribuições importantes.

Portanto, junto com os companheiros do PSDB, do PFL, votaremos favoravelmente ao projeto. Cumprimento o Marcos Helênio pelo trabalho feito nos últimos dias nesta Casa, trazendo informações, dando uma contribuição de convencimento da importância e da oportunidade do projeto. Portanto, graças a esse empenho, estaremos juntos, apoiando-o. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

ERRATA

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 581/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/12/99, na pág. 20, col. 2, na Emenda nº 3744-3, onde se lê:

"Valor: R\$34.834.238,00 (trinta e quatro milhões oitocentos e trinta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais)", leia-se:

"Valor: R\$34.864.238,00 (trinta e quatro milhões oitocentos e sessenta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais)";

onde se lê:

"R\$23.687.000,00", leia-se:

"R\$23.717.000,00";

Na pág. 21, col. 1, na Emenda nº 3744-3, onde se lê:

"Coordenação de Programas de Articulação com os Municípios

1121 04 122 218 4.019 0001 101 R\$418.598,00

1121 04 122 218 4.019 0001 301 R\$14.150,00", leia-se:

"Coordenação de Programas de Articulação com os Municípios

1151 04 122 218 4.019 0001 101 R\$418.598,00

1151 04 122 218 4.019 0001 301 R\$14.150,00";

onde se lê:

"4051 22 6661 745 1.052 0001 501 R\$5.365.000,00", leia-se:

"4051 22 661 745 1.052 0001 501 R\$5.365.000,00".

Na pág. 22, col. 1, nas Emendas nºs 3753-2 e 3754-0, onde se lê:

"Valor: R\$1.520.000,00 (hum milhão quinhentos e vinte mil reais)", leia-se:

"Valor: R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais)".

Nas págs. 21 a 23, substituam-se os quadros publicados nas Emendas nºs 3745-1 a 3762-1 pelos que se seguem:

"EMENDA: 3745-1 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Recursos para os consórcios intermunicipais de saúde da região	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	250.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	200.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000

Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	650.000
		TOTAL	1.500.000

EMENDA: 3746-0 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Conclusão das obras do hosp. de Teixeira	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	260.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	500.000
Instalação do Parque Estadual do Brigadeiro	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	200.000
Estudo para implantação de Centro Profissionalizante na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	500.000
Projeto para o trecho Senador Firmino / Catas Altas da Noruega 76Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.510.000

EMENDA: 3747-8 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Construção de hospital equipado com UTI	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	600.000
Implantação de hemocentro	FES	4291.10.302.4104.600.0006.401	400.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	300.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Implantação e pavimentação de Arinos/ Urucuia 49 Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho de Bonfinópolis / Riachinho / entr. Urucuia 61KM	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.520.000

EMENDA: 3748-6 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Concluir e equipar o Hosp. Reg. de Janaúba	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	300.000
Ampliar o Hosp. Universitário de Montes Claros	FES	4291.10.302.4104.600.0006.401	200.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	150.000
Implantação do Parque Estadual do Verde Grande	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	150.000
Estudo para implantação de curso superior na região	UNIMONTES	2311.12.364.5134.099.0001.301	400.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	500.000
		TOTAL	1.700.000

EMENDA: 3749-4 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Recursos para os consórcios intermunicipais de saúde na região	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	1.020.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Implantação do Parque Estadual do Rio Doce	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	80.000
Implantação e pavimentação do trecho Timóteo / S. José do Goiabal 63Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.510.000

EMENDA: 3750-8 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Ampliação da rede física, tecnológica e ambulatorial do hospital de Gov. Valadares	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	260.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	200.000

Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	800.000
Implantação e pavimentação do trecho Ipanema entr. Mutum 53Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.510.000

EMENDA: 3751-6 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Recursos para o Hospital Samuel Libânio para atendimento de urgência	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	200.000
Aquisição de equip. para o hospital de refer. regional	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	200.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	100.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Implantação do Parque do Papagaio	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	200.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	150.000
Implantação e pavimentação do trecho Bom Jardim de Minas / Santa Rita / Jacutinga 30Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Pirangussu / Div. MG/SP Campos do Jordão 19KM	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Ijaci / Bom Sucesso projeto de ponte sobre o Rio Grande	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.530.000

EMENDA: 3752-4 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Reorganização do sist. de refer.regional - Guaxupé, Passos, S.S. do Paraíso	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	600.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	200.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	150.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	150.000
Implantação e pavimentação do trecho Nova Rezende / Muzambinho	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Passos / Bom Jesus da Penha	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.520.000

EMENDA: 3753-2 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Reestruturação das unidades referencia secundária e terciária existentes, inclusive serv. de hemodiálise, oncológicos e psiquiátricos	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	500.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	350.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	250.000
		TOTAL	1.500.000

EMENDA: 3754-0 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
------------------------	-------	-------------------------------	-----------------------

Término de construção de Pronto Socorro Regional	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	500.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	100.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	250.000
		TOTAL	1.500.000

EMENDA: 3755-9 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Recursos para o Hospital do Câncer - Uberlândia	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	400.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	330.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	330.000
Implantação e pavimentação do trecho Tupaciguara - entr.Araguari - MG233 Km29	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.510.000

EMENDA: 3756-7 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Término das obras do Hospital Antônio Dias	FHEMIG	2271.10.302.0991.579.0001.401	250.000
Aquisição de equipamentos para o Hospital Antônio Dias	FHEMIG	2271.10.302.0991.579.0001.401	200.000

Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	110.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	250.000
Implantação do trecho São Roque de Minas entr. MG050	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Elaboração do projeto Tapira / São Roque de Minas MG050	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.520.000

EMENDA: 3757-5 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Ampliação e reestruturação de serviço de urgência em Sete Lagoas, Conceição do Mato Dentro e Curvelo	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	450.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	360.000
Implantação e pavimentação do trecho Papagaio / Pitangui MG423 30Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Papagaio / Paraopeba 50Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação do trecho Conceição do Mato Dentro / Cardeal Mota 35Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000

Implantação do trecho Conceição do Mato Dentro / Serro 59Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.540.000

EMENDA: 3758-3 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Ampliação e aquisição de equip. para os hosp. da RMBH(Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Mateus Leme, Sarzedo, São Joaquim de Bicas, Rio Acima, Brumadinho)	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	700.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	860.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Estudo de viabilidade para implantação e/ou absorção de cursos superiores em todas as regiões	UEMG	2351.12.364.5134.099.0001.301	500.000
Projeto para o trecho Raposos / Caeté / Barão de Cocais	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	2.510.000

EMENDA: 3759-1 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Término da construção do hospital da FHEMIG em Barbacena	FHEMIG	2271.10.302.0991.579.0001.401	500.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	300.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	300.000
		TOTAL	1.500.000

## EMENDA: 3760-5 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Início da construção do Hospital do Cancer	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	560.000
Aquisição de equipamentos para o Pronto Socorro de Divinópolis	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	500.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Projeto do contorno rodoviário de Bom Despacho 10Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Projeto para o trecho Brumadinho / entroncamento BR040	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Projeto para o trecho Bonfim / Moeda 20km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Pavimentação do trecho Papagaios / Pompéu 29Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Crucilândia / Bonfim	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.550.000

## EMENDA: 3761-3 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Ampliar e equip. os hosp. nos pólos micro regionais	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	400.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	260.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Fortalecimento do agronegócio - Programa de Fruticultura	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	600.000
Implantação e pavimentação do trecho Malacacheta / Poté 20KM	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Itaipé / BR116 20Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000

		TOTAL	1.520.000
--	--	-------	-----------

EMENDA: 3762-1 (DE DESPESA)

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Regionalização e reestruturação de hospitais em Araçuaí e Diamantina, com aquisição de equipamentos	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	500.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Implantação dos parques florestais do Biribiri e do Rio Preto	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	550.000
Implantação e pavimentação do trecho Minas Novas / Virgem da Lapa 67Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Coronel Murta / Rubelita 42Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Projeto da Ponte Itinga / BR367	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.530.000

"PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 581/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/12/99, na pág. 26, col. 2, no inciso 41, onde se lê:

"Valor: R\$34.834.238,00 (trinta e quatro milhões oitocentos e trinta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais)", leia-se:

"R\$34.864.238,00 (trinta e quatro milhões oitocentos e sessenta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais)"; onde se lê:

"R\$23.687.000,00", leia-se:

"R\$23.717.000,00"; onde se lê:

"Coordenação de Programas de Articulação com os Municípios

1121 04 122 218 4.019 0001 101 R\$418.598,00

1121 04 122 218 4.019 0001 301 R\$14.150,00", leia-se:

"Coordenação de Programas de Articulação com os Municípios

1151 04 122 218 4.019 0001 101 R\$418.598,00

1151 04 122 218 4.019 0001 301 R\$14.150,00"; onde se lê:

"4051 22 6661 745 1.052 0001 501 R\$5.365.000,00", leia-se:

"4051 22 661 745 1.052 0001 501 R\$5.365.000,00".

Na pág. 27, col. 2, nos incisos nºs 50 e 51, onde se lê:

"Valor: R\$1.520.000,00 (hum milhão quinhentos e vinte mil reais)", leia-se:

"Valor: R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais)".

Nas págs. 26 a 28, substituam-se os quadros publicados nos incisos nºs 42 a 59 pelos que se seguem:

"INCISO: 42

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Recursos para os consórcios intermunicipais de saúde da região	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	250.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	200.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	650.000
		TOTAL	1.500.000

INCISO: 43

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Conclusão das obras do hosp. de Teixeiras	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	260.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	500.000
Instalação do Parque Estadual do Brigadeiro	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	200.000
Estudo para implantação de Centro Profissionalizante na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	500.000
Projeto para o trecho Senador Firmino / Catas Altas da Noruega 76Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.510.000

INCISO: 44

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Construção de hospital equipado com UTI	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	600.000

Implantação de hemocentro	FES	4291.10.302.4104.600.0006.401	400.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	300.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Implantação e pavimentação de Arinos/ Urucuia 49 Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho de Bonfinópolis / Riachinho / entr. Urucuia 61KM	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.520.000

INCISO: 45

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Concluir e equipar o Hosp. Reg. de Janaúba	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	300.000
Ampliar o Hosp. Universitário de Montes Claros	FES	4291.10.302.4104.600.0006.401	200.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	150.000
Implantação do Parque Estadual do Verde Grande	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	150.000
Estudo para implantação de curso superior na região	UNIMONTES	2311.12.364.5134.099.0001.301	400.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	500.000
		TOTAL	1.700.000

INCISO: 46

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Recursos para os consórcios intermunicipais de saúde na região	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	1.020.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Implantação do Parque Estadual do Rio Doce	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	200.000
Estudo para implantação de	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	80.000

Centros Profissionalizantes na região			
Implantação e pavimentação do trecho Timóteo / S. José do Goiabal 63Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.510.000

INCISO: 47

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Ampliação da rede física, tecnológica e ambulatorial do hospital de Gov. Valadares	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	260.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	200.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	800.000
Implantação e pavimentação do trecho Ipanema entr. Mutum 53Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.510.000

INCISO: 48

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Recursos para o Hospital Samuel Libânio para atendimento de urgência	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	200.000
Aquisição de equip. para o hospital de refer. regional	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	200.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	100.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Implantação do Parque do Papagaio	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	200.000

Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	150.000
Implantação e pavimentação do trecho Bom Jardim de Minas / Santa Rita / Jacutinga 30Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Pirangussu / Div. MG/SP Campos do Jordão 19KM	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Ijaci / Bom Sucesso projeto de ponte sobre o Rio Grande	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.530.000

INCISO: 49

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Reorganização do sist. de refer.regional - Guaxupé, Passos, S.S. do Paraíso	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	600.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	200.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	150.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	150.000
Implantação e pavimentação do trecho Nova Rezende / Muzambinho	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Passos / Bom Jesus da Penha	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.520.000

INCISO: 50

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Reestruturação das unidades referencia secundária e terciária existentes, inclusive serv. de hemodiálise, oncológicos e psiquiátricos	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	500.000

Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	350.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	250.000
		TOTAL	1.500.000

INCISO: 51

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Término de construção de Pronto Socorro Regional	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	500.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	100.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	250.000
		TOTAL	1.500.000

INCISO: 52

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Recursos para o Hospital do Câncer - Uberlândia	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	400.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	330.000

Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	330.000
Implantação e pavimentação do trecho Tupaciguara - entr.Araguari - MG233 Km29	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.510.000

INCISO: 53

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Término das obras do Hospital Antônio Dias	FHEMIG	2271.10.302.0991.579.0001.401	250.000
Aquisição de equipamentos para o Hospital Antônio Dias	FHEMIG	2271.10.302.0991.579.0001.401	200.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	110.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	250.000
Implantação do trecho São Roque de Minas entr. MG050	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Elaboração do projeto Tapira / São Roque de Minas MG050	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.520.000

INCISO: 54

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Ampliação e reestruturação de serviço de urgência em Sete Lagoas, Conceição do Mato Dentro e Curvelo	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	450.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000

Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	360.000
Implantação e pavimentação do trecho Papagaio / Pitangui MG423 30Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Papagaio / Paraopeba 50Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação do trecho Conceição do Mato Dentro / Cardeal Mota 35Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação do trecho Conceição do Mato Dentro / Serro 59Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.540.000

INCISO: 55

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Ampliação e aquisição de equip. para os hosp. da RMBH(Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Mateus Leme, Sarzedo, São Joaquim de Bicas, Rio Acima, Brumadinho)	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	700.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	860.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Estudo de viabilidade para implantação e/ou absorção de cursos superiores em todas as regiões	UEMG	2351.12.364.5134.099.0001.301	500.000
Projeto para o trecho Raposos / Caeté / Barão de Cocais	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	2.510.000

INCISO: 56

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Término da construção do hospital da FHEMIG em Barbacena	FHEMIG	2271.10.302.0991.579.0001.401	500.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Apoio ao turismo	FASTUR	4151.23.695.7661.364.0001.501	300.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	300.000
		TOTAL	1.500.000

INCISO: 57

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Início da construção do Hospital do Cancer	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	560.000
Aquisição de equipamentos para o Pronto Socorro de Divinópolis	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	500.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Tratamento de lixo	FEAM	2091.18.542.6444.166.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Projeto do contorno rodoviário de Bom Despacho 10Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Projeto para o trecho Brumadinho / entroncamento BR040	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Projeto para o trecho Bonfim / Moeda 20km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Pavimentação do trecho Papagaios / Pompéu 29Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Crucilândia / Bonfim	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.550.000

INCISO: 58

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Ampliar e equip. os hosp. nos pólos micro regionais	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	400.000
Construção de casas populares	FEH	4101.16.482.6021.011.0001.501	260.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Estudo para implantação de Centros Profissionalizantes na região	SEE	1261.12.363.5044.674.0001.301	40.000
Fortalecimento do agronegócio - Programa de Fruticultura	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	600.000
Implantação e pavimentação do trecho Malacacheta / Poté 20KM	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Itaipé / BR116 20Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.520.000

INCISO: 59

DESCRIÇÃO DAS DEMANDAS	ÓRGÃO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (Em R\$1,00)
Regionalização e reestruturação de hospitais em Araucaí e Diamantina, com aquisição de equipamentos	FES	4291.10.302.4104.600.0006.701	500.000
Manejo integrado de sub-bacias	IGAM	2241.18.544.6484.156.0001.301	200.000
Implantação dos parques florestais do Biribiri e do Rio Preto	IEF	2101.18.541.6474.356.0001.501	250.000
Fortalecimento do agronegócio	FUNDERUR	4171.20.606.7191.956.0001.501	550.000
Implantação e pavimentação do trecho Minas Novas / Virgem da Lapa 67Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Implantação e pavimentação do trecho Coronel Murta / Rubelita 42Km	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
Projeto da Ponte Itinga / BR367	DER	2301.26.782.8331.141.0001.401	10.000
		TOTAL	1.530.000